Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Alimentação Escolar: percepções dos atores
sociais de escolas de um município da região
metropolitana de São Paulo.**

Tatiana Yuri Assao

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Nutrição em Saúde Pública para obtenção do
título de Doutor Ciências.**

Área de Concentração: Nutrição em Saúde Pública

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Cervato-
Mancuso**

São Paulo

2012

**Alimentação Escolar: percepções dos atores
sociais de escolas de um município da região
metropolitana de São Paulo.**

Tatiana Yuri Assao

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Nutrição em Saúde Pública para obtenção do
título de Doutor Ciências.**

Área de Concentração: Nutrição em Saúde Pública

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Cervato-
Mancuso**

São Paulo

2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

Dedicatória

... a todos atores escolares.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes” (Paulo Freire).

Agradecimentos

À Profa. Dra. Ana Maria Cervato-Mancuso, ou simplesmente “Ana”, agradeço pelos anos de orientações, oportunidades e principalmente de ensinamentos. Desde o primeiro momento e hoje ainda mais, te admiro. Sempre!

Aos participantes do estudo, a equipe da Secretaria de Educação de Guarulhos, integrantes e coordenadores do projeto, a FSP e funcionários, que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Aos Profs. Drs. Márcia Faria Westphal, Ana Maria Dianezi Gambardella, Marina Vieira da Silva, Mariana de Novaes Oliveira e Claudia Maria Bógus, pelas valiosas contribuições, possibilitando diferentes “olhares”, enriquecendo o estudo.

Aos incentivadores. Amigos da graduação, período em que tudo começou... Amigos da fase após a graduação (aprimoramento e mestrado), sempre compartilhando experiências sobre pesquisas e acreditando que podemos fazer a diferença. E a todos os amigos, de outras aventuras, pela força e por simplesmente perguntar a cada encontro “e o doutorado?”.

Dois últimos e especiais agradecimentos, ao FELISBERTO & TEREZA, eternos incentivadores, sempre oferecendo palavras e gestos de apoio. Desde a infância, lembro-me o quanto valorizam os estudos, e o quanto se esforçaram para proporcionar o melhor, essa conquista é de vocês também! E aos meus irmãos e o FÁBIO, pelo apoio na etapa final deste trabalho.

Obrigada!

Resumo

Assao TY. Alimentação Escolar: percepções dos atores sociais de escolas de um município da região metropolitana de São Paulo [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2012.

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um dos mais antigos programas na área da alimentação, visa atender parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento, e promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. **Objetivo:** Analisar as percepções atribuídas por atores da comunidade escolar à alimentação escolar. **Métodos:** O estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa foi desenvolvido em escolas públicas do ensino fundamental do município de Guarulhos, São Paulo. Dentre as 63 escolas ativas em 2007, a partir da combinação de indicadores de condições socioeconômica da região, processo produtivo local e tamanho das escolas, selecionou-se uma amostra de 13 instituições. Para coleta de dados com as crianças utilizou-se a técnica do desenho. Enquanto com as merendeiras e profissionais do núcleo pedagógico aplicou-se o grupo focal, e para a equipe técnica a entrevista em grupo. As informações foram tratadas de acordo com a análise de conteúdo e discutidas com referencial teórico sobre o tema. **Resultados e Discussão:** Participaram do estudo 82 crianças, 22 merendeiras, 9 profissionais do núcleo pedagógico e 4 da equipe técnica. Foram identificadas percepções da alimentação escolar alicerçadas em três aspectos: do alimento, do ambiente e das relações sociais. As percepções dos atores eram concebidas de acordo com o núcleo de trabalho a que pertenciam, influenciadas pelas atribuições e funções desempenhadas pelo grupo no âmbito escolar. Apesar das diretrizes do programa apresentarem-se bem definidas, para esses grupos, na prática, demonstraram-se segmentadas. **Considerações Finais:** Algumas questões identificadas deixaram claras as potencialidades que o programa tem para atender os objetivos propostos, no entanto, outras apontam entraves que dificultam reconhecê-lo como um programa de Segurança Alimentar e Nutricional. Para que essas potencialidades sejam desenvolvidas e os entraves superados, um dos desafios, entre outros, é possibilitar ações de integração, de compartilhamento real do entendimento acerca da alimentação escolar, considerando os diferentes atores que permeiam esse momento, de forma a reconhecer estas dimensões conjuntamente.

Descritores: Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa Qualitativa, Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação.

Abstract

Assao TY. School Feeding: perceptions of the social actors of schools in a city in the metropolitan region of São Paulo [PhD Thesis]. São Paulo: School of Public Health, Univesity of São Paulo; 2012.

Introduction: The National Program of School Feeding is one of the oldest programs in the food area, and seeks to partially fulfill the students' nutritional needs, contributing to its growth and development, and to promote the formation of healthy food habits. **Objective:** Analyze the perceptions attributed by players from the school community to school feeding. **Methods:** The study of descriptive type with a qualitative approach was developed in public elementary schools in the city of Guarulhos, São Paulo. Among the 63 active schools in 2007, from a combination of indicators of the region's socioeconomic conditions, local productive process and size of the schools, a sample of 13 institutions was selected. For data collection with the children the drawing technique was used. While with the school meal cooks and the pedagogical core the focus group was applied, and for the technical team a group interview. The information was treated according to a content analysis and discussed with theoretical referential about the matter. **Results and Discussion:** Eighty-two children, 22 school meal cooks, 9 pedagogical core professionals and 4 from the technical team participated in the study. School feeding perception were identified based on three aspects: the food, the environment and the social relationships. The players' perceptions were conceived according to the work core they belonged to, influenced by the attributions and functions performed by the group in the school environment. Despite the program's guidelines being well defined, for these groups, in practice, they show to be segmented. **Final Considerations:** Some matters identified made clear the potentialities that the program has to fulfill the objectives proposed, other point out barriers that make it hard to acknowledge it as a Nutritional and Food Security program. For these potentialities to be developed and the barriers overcome, one of the challenges, among others, is to make integration actions possible, of real sharing of knowledge about school meals, considering the different players that permeate this moment, in a manner to acknowledge these dimensions as a whole.

Descriptors: School Feeding, Nutritional and Food Education, Nutritionists, Qualitative Survey, Food and Nutrition Policies and Programs.

APRESENTAÇÃO

A fim de atender às normas do programa de pós-graduação em Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, esta tese está estruturada em: introdução, objetivos, método, resultados e discussão compostos por três manuscritos, considerações finais e referências.

A introdução aborda de forma sucinta os aspectos gerais sobre o tema, com o propósito de contextualizar o objeto de estudo. Em seguida são apresentados o objetivo geral da pesquisa e os específicos referentes a cada manuscrito. Posteriormente, o método descreve os detalhes da coleta e tratamento dos dados. Os resultados e discussão, no formato de três manuscritos para publicação, apresentam-se de forma independente, cada qual com suas respectivas seções (introdução, objetivo, método, resultados e discussão, considerações finais e referências). E ao final, encontram-se as considerações, incluindo observações e reflexões, frutos dos manuscritos. Quanto às referências, cada manuscrito abarca suas respectivas citações e as demais estão elencadas ao final da tese.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	20
2.1 Objetivo geral	20
2.2 Objetivos específicos	20
3 MÉTODO	21
3.1 Local do estudo.....	21
3.2 Seleção das escolas	21
3.3 Sujeitos do estudo	23
3.4 Coleta de dados	23
3.5 Análise dos dados	25
3.6 Aspectos éticos	27
4 RESULTADOS	28
4.1 Manuscrito 1	28
4.2 Manuscrito 2	53
4.3 Manuscrito 3	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
6 REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	
Anexo 1 – Modelos dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.....	111
Anexo 2 – Parecer do Comitê de Ética.....	113
CURRÍCULOS LATTES.....	114

Siglas Utilizadas

CFN – Conselho Federal de Nutricionistas

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DASE – Departamento de Alimentação e Suprimentos da Educação

DOEP – Departamento de Orientação Educacional e Pedagógica

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FSP – Faculdade de Saúde Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEx – Índice de Exclusão Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan Americana da Saúde

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SP – São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

A alimentação diz respeito a um universo imaginário e simbólico, capaz de produzir identidades individuais e coletivas, relações sociais e vínculos que ultrapassam a lógica consciente do discurso, no qual os alimentos assumem significados e dão sentido às nossas ações cotidianas (CARVALHO et. al., 2011).

Para GARCIA (1994), a alimentação está envolta desde o âmbito cultural até as expectativas pessoais. Há momentos mais propícios para o doce, o salgado, a bebida, a fartura ou restrição alimentar, que são impregnados de significados culturalmente determinados. Nas práticas alimentares, que vão dos procedimentos relacionados à preparação dos alimentos ao seu consumo propriamente dito, a subjetividade veiculada inclui a identidade cultural, a condição social, a religião, a memória familiar, a época, que perpassam por esta experiência diária.

A alimentação humana é submetida a condicionantes: uma referente ao estatuto de onívoro e impostas aos “comedores” por mecanismos bioquímicos subjacentes à nutrição e às capacidades do sistema digestivo, deixando um espaço de liberdade utilizado pelo cultural e contribuindo, assim, para a socialização dos corpos e para a construção das organizações sociais; a outra são representadas pelas condicionantes ecológicas do biótipo no qual está instalado o grupo de indivíduos (POULAIN e PROENÇA, 2003).

Considera-se que a alimentação humana é um fenômeno complexo, em que os aspectos psicológicos, fisiológicos e socioculturais estão profundamente envolvidos e interligados nas práticas alimentares (POULAIN et al., 2011). Assim, a alimentação constitui um dos aspectos fundamentais para a promoção e proteção da saúde (OPAS, 1986; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Vários estudos têm demonstrado a forte associação entre a adoção de uma alimentação adequada e a redução dos riscos à saúde, no que tange as doenças crônicas não transmissíveis. A alimentação pouco saudável e a falta de atividade física são as principais causas das doenças não transmissíveis mais importantes, como as cardiovasculares, a diabetes e determinados tipos de câncer, e contribuem substancialmente para a carga mundial de morbidade, mortalidade e incapacidade (OMS, 2008). A população brasileira

tem apresentado consumo exagerado de alimentos rico em gorduras, sódio e/ou açúcares, associada à ingestão inadequada de frutas e hortaliças (BERTOLIN e VILLAR, 2011).

O mundo tem passado por uma série de transformações, com fenômenos de urbanização e globalização, afetando o estilo de vida das pessoas. No Brasil, durante as últimas décadas, importantes modificações relacionadas ao estado nutricional e os hábitos alimentares vêm ocorrendo na população em geral. Embora ainda relevante, a ocorrência da desnutrição em crianças e adultos vem declinando, e aumentando a prevalência de sobrepeso e obesidade na população brasileira. A projeção dos resultados de estudos efetuados nas últimas três décadas é indicativa de um comportamento epidêmico do problema. Estabelece-se, dessa forma, um antagonismo de tendências temporais entre desnutrição, decorrente da escassez ou falta de acesso aos alimentos, e obesidade, decorrente entre outras causas do excesso ou inadequação do consumo alimentar, definindo uma das características marcantes do processo de transição nutricional do país (MONTEIRO et al., 2000; BATISTA FILHO e RISSIN, 2003).

A evolução da disponibilidade de alimentos no Brasil indica que a transição alimentar no país tem sido de modo geral favorável do ponto de vista dos problemas associados à subnutrição e desfavorável no que se refere à obesidade e às demais doenças crônicas não transmissíveis. As evidências apontam importante aumento do sobrepeso com tendência especialmente preocupante junto a crianças em idade escolar e adolescentes, nos estratos de baixa renda (OMS, 2008).

Devido a este cenário, organismos ligados às áreas de saúde e educação têm expressado a preocupação em desenvolver atividades que promovam a saúde. A promoção da saúde é uma estratégia para enfrentar os problemas que afetam o bem-estar das populações humanas e o ambiente em que vivem, visam melhorar o nível de saúde das pessoas (BÓGUS et al., 2011).

Entre os campos de atuação da promoção da saúde, apresentados na Carta de Ottawa de 1986, estão a criação de ambientes favoráveis à saúde, sobretudo nos espaços sociais em que vivem as pessoas. As cidades, os ambientes de trabalho e as escolas são os locais onde essas ações têm sido propostas (BÓGUS et al., 2011). As escolas, espaços de convivência e formação de crianças, são cenários adequados para gerar autonomia, participação crítica e

criatividade para a promoção da saúde. É possível partir de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, considerando as pessoas em seus contextos familiar, comunitário e social (IERVOLINO, 2000; BÓGUS et al., 2011).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assume posição de grande importância, não somente por possibilitar a alimentação quanto suplementação, mas também por promover a saúde, na sua ampla definição, no âmbito escolar. A escola deve compartilhar da responsabilidade pela educação para a saúde devido a sua função social e à sua potencialidade para o desenvolvimento de ações contínuas. No ambiente da escola, os escolares conformam hábitos legitimados pelos diversos grupos em que se inserem e com os quais dialogam, desta forma ao buscar a instituição como um espaço de promoção da alimentação e modos de vida saudáveis, importa alcançar o conjunto de seus atores, cujos valores incidem na alimentação escolar (SOBRAL e SANTOS, 2010).

Entre as políticas públicas sociais na área de alimentação e nutrição, destaca-se o PNAE. Conhecido como merenda escolar, foi implantado em 1955 e é o mais antigo e o maior programa de alimentação no Brasil. Possui atendimento universal, reconhece a alimentação dos alunos da rede pública como um direito, previsto na Constituição Federal de 1988, sendo um eixo das políticas públicas destinadas a promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

O programa teve sua origem no início da década de 40, quando surgiu a proposta de o governo federal oferecer a alimentação ao escolar. Entretanto, nesse período não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros, sendo então os alimentos distribuídos, obtidos por doações de instituições internacionais. Somente na década de 50 se estruturou como um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. Sua finalidade pautava-se em oferecer uma refeição que complementasse parcialmente as necessidades calóricas diárias de escolares do 1º grau e pré-escolares da rede pública de ensino. Em 1979, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. E com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos da rede pública por

meio do programa, a ser oferecido pelos governos federais, estaduais e municipais (SANTOS et. al., 2007; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Atualmente, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação, garante por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar de aproximadamente 45 milhões de alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

As estruturas organizacionais ligadas ao programa de alimentação escolar transitaram, na sua origem, ora na educação, ora vinculada ao setor saúde, até passar então, a ser definitivamente de responsabilidade do setor educacional, tal como se encontra atualmente configurada (SPINELLI e CANESQUI, 2002).

Um avanço importante ocorreu em 1994, com a descentralização dos recursos para execução do programa, mediante a celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das secretarias de Educação dos estados (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). Com esse modelo, as prefeituras receberam a incumbência de gerir o programa, ficaram encarregadas de elaborar os cardápios, adquirir os alimentos, realizar o seu controle de qualidade, criar conselhos de alimentação escolar e prestar contas (SPINELLI e CANESQUI, 2002).

Quando administrada sob gestão centralizada, e nas suas fases iniciais, o programa se baseava na utilização de alimentos formulados e/ou pré-preparados, primeiramente doados, e a partir dos anos 70, alimentos formulados produzidos no Brasil (SANTOS et al., 2007). Essa característica comprometia a qualidade da alimentação, por limitar a composição do cardápio. Entretanto, a mudança do modelo de gestão, possibilitou melhorias nesse aspecto, viabilizando a oferta de uma alimentação escolar condizente com os hábitos alimentares da população nas diferentes localidades do país, além de incentivar a racionalização da logística e dos custos de distribuição dos produtos. As compras institucionais descentralizadas também abriram possibilidade de inserção de pequena empresa, do comércio local, dos pequenos produtos agrícolas e da pecuária local nesse

mercado institucional (BELIK e CHAIM, 2009). Elementos esses, que vão ao encontro das diretrizes que compõem atualmente o programa.

O objetivo principal do PNAE é atender parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento, para a sua aprendizagem, bem como para promover a formação dos hábitos alimentares saudáveis na escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). De acordo com as diretrizes do PNAE, a alimentação oferecida deve incluir: os alimentos variados e seguros, considerando a cultura e tradições alimentares, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos; a educação nutricional deve ser inserida no processo de ensino e aprendizagem, através de ações educativas transversais no currículo escolar e que a execução do programa apoie o desenvolvimento sustentável, por meio da aquisição de gêneros produzidos e comercializados localmente (BRASIL, 2006a; VIEIRA et al., 2008).

Ressalta-se que, mesmo após mudanças de nomes e de vinculação institucional, o foco principal do programa foi a suplementação alimentar, pela oportunidade de garantir aos escolares acesso aos alimentos de forma permanente (CUNHA et al., 2010). Contudo, com o advento de outras perspectivas quanto o papel do programa no espaço escolar, cresce cada vez mais ações na área educativa, a escola considerada como um espaço propício à formação e divulgação de hábitos alimentares saudáveis (CANINÉ e RIBEIRO, 2007). Nessa perspectiva, instituiu-se a Portaria Interministerial nº 1010 de 8 de maio de 2006, que defini diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas, em âmbito nacional (BRASIL, 2006b).

Sendo a escola um local adequado para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, o PNAE transforma-se em um relevante instrumento pedagógico, não apenas por fornecer aos escolares uma parte dos nutrientes que necessitam diariamente, mas por se constituir em um espaço educativo, quando, por exemplo, estimula a integração do tema alimentação aos outros projetos e ações desenvolvidas na comunidade. De acordo com COSTA et. al. (2001), as atividades educativas em nutrição estimulam a formação de hábitos alimentares adequados e podem ser utilizadas como um importante instrumento de apoio na promoção da saúde.

Nessa direção, estudos que propuseram avaliar a aceitabilidade da alimentação escolar e seus possíveis determinantes (MARTINS et al., 2004; TEO et al., 2009), concluíram que para maior adesão da alimentação na escola, torna-se necessário, entre outros aspectos, a incorporação das atividades educativas em alimentação e nutrição, envolvendo toda a comunidade escolar, no sentido de resignificar a alimentação como prática pedagógica, retirando-a da invisibilidade que tem sido relegada na condição de serviço de apoio situando-a como uma importante atividade a ser trabalhada no processo de formação humana dos sujeitos envolvidos.

Outro aspecto relevante quando se aborda a questão da alimentação, é entendê-la numa perspectiva ampla e com interfaces a outros campos, não restringindo-a a função biológica, como já salientado nas diretrizes do PNAE. Estudos recentes apontam que para contribuir efetivamente para a promoção de hábitos alimentares adequados, a alimentação e nutrição deve ser capaz de integrar diversas dimensões, entre elas a do direito humano, ambiental, econômica, biológica e a psicossocial e cultural (CASTRO et al., 2011).

Segundo BOOG (2010), uma condição para a construção de programas de promoção da alimentação, viáveis e eficazes, é que sejam pautados em diagnósticos que conciliem não somente o consumo alimentar, mas englobem a cultura e os outros aspectos de vida dos grupos, de forma tal que possam ser planejados considerando as necessidades e valores da comunidade.

Assim, ponderando as reflexões e aspectos explanados relativos ao programa, estes se realizarão com sucesso no ambiente escolar, somente se houver o envolvimento e participação de toda comunidade escolar. SCHMITZ et al. (2008), asseguram que os educadores e gestores, assumem funções de facilitadores, contribuindo para a melhoria da alimentação das crianças, no qual é necessário possuir conhecimentos e habilidades sobre promoção da alimentação saudável, procurando incorporá-los às suas práticas. IULIANO et. al. (2009), ratificam a importância dos atores escolares, afirmando que o estreitamento das relações entre os componentes da comunidade escolar, como os beneficiários, os gestores locais, nutricionistas e os gestores das escolas podem reforçar as ações do PNAE, atribuindo maior envolvimento entre o trabalho pedagógico e a alimentação, bem como conferindo maior efetividade e abrangência às atividades de educação nutricional.

A gestão do programa, quando realizada de forma compartilhada entre os atores envolvidos no processo, gera um impacto positivo nas várias áreas que o PNAE contempla. Na área nutricional, a alimentação nas escolas se configura como fator de promoção da educação nutricional e de valorização da cultura alimentar local. Na área financeira, o programa promove um maior envolvimento do poder local, o que se reflete em um maior investimento no próprio PNAE. Na área social, a presença do programa significa uma maior adesão à alimentação escolar por parte dos alunos, um maior interesse e envolvimento da comunidade escolar – como pais e professores – com o objetivo de que a escola ofereça uma alimentação nutritiva e de boa aceitação (BELIK e CHAIM, 2009).

Considerado a abrangência e complexidade que envolve atualmente o programa, toda a comunidade escolar pode não ter incorporado os seus objetivos e novas diretrizes. Neste contexto, frente a atual temática do programa, acredita-se ser essencial compreender as concepções dos diferentes atores escolares no que se refere à alimentação escolar e como essas percepções se relacionam ou se complementam, a fim de perceber os limites e potencialidades do programa. Destaca-se também, a relevância do tema para o campo da nutrição, visto a abordagem inédita.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as percepções atribuídas por atores da comunidade escolar (crianças, merendeiras, núcleo pedagógico e equipe técnica) à alimentação escolar.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as percepções das crianças do ensino fundamental de escola públicas do município de Guarulhos, SP, sobre a alimentação escolar.
- Identificar as percepções vinculadas à alimentação escolar entre merendeiras de escolas públicas do município de Guarulhos, SP.
- Identificar as percepções dos profissionais do núcleo pedagógico e da equipe técnica, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, SP, acerca da alimentação escolar.

3 MÉTODO

3.1 LOCAL DO ESTUDO

Este estudo traz um recorte dos resultados da pesquisa “Atividades de educação nutricional em escolas de um município da região metropolitana de São Paulo”. O estudo, do tipo descritivo com abordagem qualitativa, foi desenvolvido no município de Guarulhos nos anos de 2007 e 2008, nas escolas públicas municipais.

Localizado na Região Metropolitana de São Paulo, Guarulhos contava com 1.236.192 habitantes no censo populacional de 2006 em sua área urbana e com 40.715 estudantes matriculados nas escolas municipais de educação fundamental, caracterizando-se como um grande centro urbano (IBGE, 2006).

O município, na época da pesquisa, apresentava um universo de 63 unidades escolares do ensino fundamental. Destas escolas, 80% pertenciam às regiões mais excluídas, 10% às de mediana exclusão e 10% das unidades de menor exclusão.¹

3.2 SELEÇÃO DAS ESCOLAS

Como interessava para o estudo apreender a influência do diferencial sócioeconômico existente entre os estudantes que freqüentavam as diferentes escolas municipais de Guarulhos, foi realizada a combinação dos seguintes indicadores para a seleção por pareamento:

1. Estratos de exclusão socioeconômicos da região, onde as escolas se localizavam, conforme dados do diagnóstico municipal da Secretaria de Saúde: exclusão social maior (índice entre -1,0 e -0,5), exclusão mediana (índice de 0,49 e 0,0) e exclusão menor (índice entre 0,0 e 1,0);¹
2. Processo produtivo predominante nas áreas onde as escolas se localizavam (urbana com atividades de comércio e serviços, urbana com agricultura familiar e rural com propriedades agrícolas média e grande propriedade);²

3. Tamanho das escolas: pequena (até 500 estudantes), média (entre 500 e 900 estudantes) e grande (com mais de 900 estudantes).³

A seleção das unidades escolares obedeceu a critérios estratégicos de modo a garantir a proporcionalidade dos indicadores. A partir da combinação desses três indicadores selecionou-se 13 escolas, cada uma atendendo a três critérios combinados conforme quadro 1:

Quadro 1. Descrição das escolas segundo índice de exclusão social das regiões, processo produtivo predominante no local e o tamanho. Guarulhos, 2007.

<i>Escola</i>	<i>Índice de Exclusão Social (IEx) (1)</i>	<i>Região (2)</i>	<i>Tamanho (3)</i>
1	IEx maior	Urbana	Grande
2	IEx maior	Urbana	Grande
3	IEx maior	Urbana	Média
4	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Grande
5	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Média
6	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Média
7	IEx maior	Rural agrícola	Grande
8	IEx maior	Rural agrícola	Grande
9	IEx maior	Rural agrícola	Pequena
10	IEx mediano	Urbana	Grande
11	IEx mediano	Urbana	Média
12	IEx menor	Urbana	Média
13	IEx menor	Urbana	Pequena

¹ A Secretaria de Saúde de Guarulhos realizou um estudo de caracterização do município utilizando dados secundários e por ocasião da pesquisa contava com um diagnóstico socioeconômico, de saúde e ambiental do município geoprocessado por sub-regiões administrativas de saúde, permitindo conhecer as características dos diferentes territórios em relação a questões socioeconômicas, ambientais e de saúde.

² A divisão administrativa da Secretaria da Educação não era a mesma da Saúde, utilizando como critério de caracterização socioeconômica a localização das escolas em área urbana com processo produtivo principalmente baseado em atividades comerciais e serviços e área urbana com processos produtivos baseados em agricultura familiar e área rural com processos produtivos baseados em produção agrícola em médias e pequenas propriedades.

³ Ainda era importante neste pareamento o tamanho das escolas, pois esta variável pode fazer diferença na aprendizagem e em outras atividades relacionadas a ela como a nutrição e a educação nutricional.

3.3 SUJEITOS DO ESTUDO

O público deste estudo foi composto pelos alunos (crianças) e pelas merendeiras das escolas públicas do ensino fundamental do município de Guarulhos (SP), pelos profissionais do núcleo pedagógico do Departamento de Orientação Educacional e Pedagógica (DOEP) e pela equipe técnica que compõe o Departamento de Alimentação e Suprimentos da Educação (DASE). Estes dois departamentos pertencem à Secretaria de Educação do município. Trabalhou-se com uma amostra intencional, pois foram escolhidos os indivíduos adequados quanto à possibilidade de fornecerem informações relevantes para a pesquisa (WESTPHAL et al., 1996).

Dado o número de estudantes do ensino fundamental do município e principalmente, a intenção, para esse grupo, em focar as instituições que desenvolviam atividades educativas em alimentação e nutrição, das 13 unidades escolares sorteadas para participar da pesquisa foram convidadas somente as crianças pertencentes às 4 escolas em que foram constatados os desenvolvimentos das atividades educativas. Essa seleção ocorreu a partir da composição de uma lista de atividades em alimentação e nutrição desenvolvidas nas instituições, citadas em entrevistas com os diretores e coordenadores pedagógicos das 13 escolas, e validadas em seminário conjunto realizado pela equipe de pesquisadores e os gestores locais. Destas 4 instituições, participaram 2 classes de cada escola, entre 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª séries (dependendo das séries disponíveis em cada), totalizando 8 grupos de crianças.

Em relação às merendeiras, todas aquelas pertencentes às 13 escolas sorteadas foram convidadas a participar do estudo. Do núcleo pedagógico, responsável pela orientação e supervisão dos professores e gestores escolares (coordenadores e diretores), e da equipe técnica, responsável pela gestão da alimentação nas escolas, foram convidados todos os profissionais que compõem as equipes.

3.4 COLETA DE DADOS

Sendo a proposta da pesquisa, investigar as percepções e opiniões dos sujeitos, optou-se pela metodologia qualitativa. De acordo com MINAYO (2004), essa abordagem é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade, a partir do tema

investigado, como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, como construções humanas significativas.

Com o intuito de abarcar os vários “olhares” sobre o mesmo fenômeno, participaram do estudo diferentes públicos. Desta forma, para a coleta de dados utilizou-se também, diferentes técnicas qualitativas, adequadas para cada grupo.

Para a coleta de dados com as crianças, adotou-se a técnica do desenho, que tem sido utilizada por diferentes autores (MARTINS e RISÉRIO, 2008; SOUZA FILHO et al., 2010). Nesta técnica, a partir do tema proposto, as crianças individualmente foram incentivadas a desenhar e posteriormente descrever o seu significado. A escolha da técnica partiu do pressuposto que o desenho é uma linguagem que as crianças dominam muito antes da escrita, da qual utilizam para diversas finalidades, entre elas comunicar idéias, representar situações e brincar (DOMINGUEZ, 2006). Nessa mesma direção, KELLOG (1984 *apud* DOMINGUEZ, 2006) afirma que muitas idéias que as crianças não dizem com palavras são possíveis que digam por meio do desenho. Os desenhos tornam-se uma forma de linguagem, de expressão consciente, resultado da criação lúdica, uma recriação da realidade (DERDYK, 1989).

Com as merendeiras aplicou-se o grupo focal, assim como com os profissionais do núcleo pedagógico. Enquanto com a equipe técnica, devido o número de participantes, utilizou-se a entrevista em grupo. Os grupos focais são constituídos por cerca de 6 a 15 integrantes (WESTPHAL et al., 1996), enquanto a entrevista em grupo é possível ser composta por um número menor de participantes.

O grupo focal é uma técnica que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões grupais em que as pessoas que compartilham um traço comum discutem aspectos de um tema específico (WESTPHAL et al., 1996). Trata-se de uma discussão focada em tópicos, numa interação entre os participantes e o pesquisador (CARLINI-COTRIM, 1996; IERVOLINO e PELICIONI, 2001). É bastante adequada para identificação de conceitos, crenças, percepções, expectativas, motivações e necessidades de um grupo (NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004). Partindo do pressuposto que as percepções são socialmente construídas, a técnica torna-se interessante por oferecer

possibilidades para se pensar coletivamente uma temática que faz parte da vida das pessoas que estão reunidas (WESTPHAL et al., 1996).

O grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e resposta dos participantes (CARLINI-COTRIM, 1996). Nesse estudo, na entrevista em grupo dos profissionais da equipe técnica, a condução da coleta de dados apoiou-se na interação entre seus participantes focados em tópicos que foram fornecidos pelo mediador, não restringindo a dinâmica à alternância rigorosa entre perguntas e respostas, desta forma, diferenciando-a do grupo focal apenas pelo número de participantes.

As aplicações das técnicas foram realizadas por equipes experientes na condução, respeitando todos os requisitos operacionais necessários desde a seleção, composição e recrutamento dos participantes; local adequado; número de encontros e duração dos grupos; condução dos grupos; registros dos dados e transcrição (CARLINI-COTRIM, 1996; WESTPHAL et al., 1996; NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004; MUNARI et al., 2008). De acordo com as recomendações, os encontros foram conduzidos por um moderador, com auxílio de um auxiliar observador que encorajava os participantes a expressarem livremente suas opiniões, sentimentos e pareceres sobre a questão em estudo a partir de um roteiro, em que as questões norteadoras estavam associadas ao entendimento da equipe quanto à alimentação escolar.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados, por serem de natureza qualitativa, implicam em um conjunto de procedimentos que os organizem de modo a revelar como os grupos estudados percebem e se relacionam com o tema do estudo (CARLINI-COTRIM, 1996).

Do material do grupo das crianças, em que se adotou a técnica do desenho, obteve-se dois tipos de dados: o próprio desenho e a descrição falada de cada criança do respectivo grafismo. O processo de codificação e interpretação dos desenhos foram realizados com o suporte de um psicólogo. Essa interpretação se apoiou na análise dos elementos representados e interação entre eles. Consideraram-se alguns aspectos que chamavam atenção, a saber: representação de indivíduos em grupo ou isolados, posição das

personagens em relação à folha e a outros personagens e/ou objetos, ações em curso na cena retratada, ausências (de personagens ou objetos) e impressão afetiva geral do desenho (quadrante utilizado, análise de traços, cores e detalhes gráficos indicativos de afetos relacionados ao conteúdo representado). Para análise de traços e cores tomaram-se por base as recomendações de VAN-KOLCK (1968). As cores foram incorporadas na análise com parcimônia, já que as crianças nem sempre tiveram tempo de pintar seus desenhos ou dispuseram das cores que poderiam ter pretendido usar. Para análise de cada desenho observou-se o conjunto da produção da criança, considerando-se a produção em função do que seria esperado para sua faixa etária (PIAGET e INHELDER, 1998), mas também do que crianças na mesma faixa etária e no mesmo grupo haviam produzido. Assim, se o desenho de uma criança trouxesse indícios de falta de autonomia, procedia-se à comparação com outros desenhos do mesmo grupo, para avaliar se aquele indício era melhor interpretado como uma questão daquela criança, daquele grupo, ou ainda, se poderia ser de fato uma representação fiel de dificuldades concretas enfrentadas no dia a dia. As verbalizações das crianças referentes aos comentários dos desenhos foram gravadas e transcritas. Posteriormente estes materiais foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 1988), que descreve de forma objetiva e sistemática o conteúdo expresso em depoimentos, com finalidade interpretativa dos mesmos.

Quanto os dados resultantes dos grupos focais e entrevista em grupo, com as merendeiras, o núcleo pedagógico e a equipe técnica, também foram gravadas e transcritas. Igualmente ao material obtido das falas das crianças, estes foram analisados de acordo com a análise de conteúdo (BARDIN, 1988).

Operacionalmente, seguindo o proposto por BARDIN (1988) e MINAYO (2004), desdobrou-se o material em três etapas: 1) pré-análise: a fase de organização, no qual se sistematizou as idéias iniciais por meio de uma leitura flutuante em que foi possível o contato exaustivo com o material, a fim de determinar as unidades de registro/ contexto, os recortes e os conceitos que orientaram a análise; 2) exploração do material: fase da administração sistemática, a codificação para a compreensão do texto a partir dos recortes da pré-análise, realizando a classificação e agregação dos dados para a definição das categorias temáticas; 3) tratamento dos resultados e interpretação: apresentação e interpretação de acordo com o objetivo do estudo e referencial teórico sobre o tema.

Os conteúdos resultantes foram organizados por categorias temáticas e analisados por meio de similaridades e diferenças observadas, tendências e padrões relevantes, e os trechos significativos interpretados de acordo com o referencial teórico sobre o tema (MINAYO, 2004; NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004).

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

No desenvolvimento desta pesquisa foram considerados, em todas as suas etapas, os princípios éticos fundamentais que norteiam estudos envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução CNS 196/96 e suas complementares.

Os sujeitos participantes manifestaram sua anuência à participação na pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1).

Tanto o projeto do presente estudo quanto a pesquisa que o originou foram apresentados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Anexo 2).

4 RESULTADOS

4.1 MANUSCRITO 1:

Alimentação Escolar: percepções das crianças de escolas públicas de um município da região metropolitana de São Paulo.

School Feeding: perceptions of the school children in a city in the metropolitan region of São Paulo.

RESUMO

Objetivo: Identificar as percepções das crianças do ensino fundamental de escola públicas do município de Guarulhos, São Paulo, sobre a alimentação escolar. **Métodos:** Trata-se de um estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa. Participaram 82 crianças de 4 escolas selecionadas por desenvolverem atividades educativas em alimentação e nutrição, dentre as 63 instituições. Para coleta dos dados optou-se pela técnica do desenho. Foram apresentados 13 desenhos, aqueles representativos de conteúdos expressos por um grupo de crianças. As verbalizações das crianças descrevendo os desenhos foram gravadas e transcritas, e juntamente com o conteúdo resultante da análise do material gráfico, submetidos à análise de conteúdo. **Resultados e Discussão:** De acordo com os desenhos das crianças e suas respectivas verbalizações, a alimentação escolar estava associada: aos *alimentos*, os que são ofertados, que estes saciam a fome e trata-se de um momento que proporciona prazer; ao *ambiente*, o destaque foi para a estrutura física em que eram realizadas as refeições e a organização da fila que se formavam para ser servirem e nas *relações*, representando a alimentação como um momento de convivência, de conversar e socializar com os amigos. **Considerações Finais:** Para as crianças a alimentação escolar adquire uma representação que extrapola o ato de se alimentarem, é um momento que engloba os alimentos, o ambiente escolar e as relações com os pares. Desta forma, um dos desafios para os gestores e toda a comunidade envolvida, é incorporar essas dimensões que

permeiam a alimentação e que foram apontados como fundamentais e parte integrante do cenário escolar.

Descritores: Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa Qualitativa, Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação.

ABSTRACT

Objective: Identify the perceptions of elementary school children from public schools in Guarulhos, São Paulo, about school feeding. **Methods:** It is a descriptive type study with a qualitative approach. Eighty-two children from 4 schools selected for developing educative activities about eating and nutrition, among the 63 institutions. For data collection it was opted to use the drawing technique. Thirteen drawing were presented, those representing contents expressed by a group of children. The children's verbalization describing the drawings were recorded and transcribed, along with the content resulting from the analysis of the graphic material, submitted to content analysis. **Results and Discussion:** According to the children's drawings and their respective verbalization, school feeding were associated: to the *foods*, those that are offered, that they satiate hunger and it is a moment that provides pleasure; to the *environment*, the highlight was the physical structure in which the meals were held and the organization of the line that formed to be served and in the *relations*, representing eating as a moment of acquaintanceship, for talking and socializing with friends. **Final Considerations:** For the children, school feeding acquire a representation that goes beyond the act of eating, it is a moment that includes the food, the school environment and the relations with the peers. This manner, one of the challenges for the administrators and the entire community involved is to incorporate these dimensions that permeate the meals and that were pointed out as fundamental and integrating part of the school scenario.

Descriptors: School Feeding. Nutritional and Food Education, Qualitative Survey, Food and Nutrition Policies and Programs.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implantado em 1955 é o programa social mais antigo do Brasil na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que reconhece a alimentação dos alunos da rede pública como um direito, previsto na Constituição Federal de 1988 (SANTOS et al., 2007; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). O objetivo do programa é suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo o seu crescimento e desenvolvimento, assim como promover os hábitos alimentares e saudáveis (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). Garante por meio da transferência de recursos financeiros, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Desde a sua criação, após mudanças de nomes e de vinculação institucional, seu foco principal tem sido a suplementação alimentar, pela oportunidade de garantir aos escolares o acesso aos alimentos de forma permanente (CUNHA et al., 2010). Porém, além da oferta de uma refeição, deve-se considerar a qualidade do cardápio, as condições de preparo, de distribuição e sua adequação aos hábitos alimentares culturalmente estabelecidos na região, mas também o ambiente físico e social em que se oferece essa alimentação (TEO et al., 2009).

De acordo com DIEZ-GARCIA (2011), além dos alimentos e dos serviços de alimentação, o ambiente e as circunstâncias em que ocorrem, também exercem influência na escolha alimentar. O comportamento alimentar é complexo, inclui determinantes internos e externos ao sujeito, leva em conta as práticas alimentares que vão desde os procedimentos relacionados à seleção dos alimentos, sua preparação e seu consumo propriamente dito, incluindo outros valores simbólicos associados à alimentação.

CANINÉ e RIBEIRO (2007) afirmam que o ato de comer está repleto de significados que transcendem o fato de satisfazer a fome e as necessidades nutricionais, característica pela qual o programa frequentemente é associado. É necessário compreender que as escolhas alimentares estão ligadas a aspectos objetivos como quantidade e qualidade

dos alimentos, renda, entre outros, mas também, aos aspectos subjetivos, como gosto, prazer, valores e relações sociais. Desta forma, uma condição para a construção de programas de promoção da alimentação, viáveis e eficazes, é que sejam pautados em diagnósticos que lancem luzes não somente sobre o consumo alimentar, mas sobre outros aspectos de vida dos grupos humanos, de forma tal que eles possam ser planejados considerando as necessidades e os valores da comunidade (BOOG, 2010).

CECCIM (1995), afirma que a alimentação requer desenvolver novos “olhares” e “escutas” para captar os sentidos e as necessidades que estão por trás da discursividade, a intersecção do plano dos processos sociais e da subjetividade. Há uma dimensão concreta: a fome, a falta de disponibilidade de alimentos nas casas e o atendimento de uma necessidade nutricional. Há uma dimensão simbólica: a alimentação escolar é um espaço coletivo de prazer, aproximação e de construção cultural. Há uma dimensão vivencial: a alimentação revela relações e convivência, reinvenção do coletivo, que pode ou deve ser trabalhado como função pedagógica.

Nesse sentido, a fim de entender a alimentação numa perspectiva ampla e conhecer a concepção do principal beneficiário do programa, este estudo identifica as percepções de crianças do ensino fundamental de escola públicas do município de Guarulhos (SP) sobre a alimentação escolar.

Método

O estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa foi desenvolvido no município de Guarulhos nos anos de 2007 e 2008, nas escolas públicas municipais.

Localizado na Região Metropolitana de São Paulo, Guarulhos contava com 1.236.192 habitantes no censo populacional de 2006 em sua área urbana e com 40.715 estudantes matriculados nas escolas municipais de educação fundamental, caracterizando-se como um grande centro urbano (IBGE, 2006).

O município, na época da pesquisa, apresentava um universo de 63 unidades escolares do ensino fundamental. Destas escolas, 80% pertenciam às regiões mais excluídas, 10% às de mediana exclusão e 10% das unidades de menor exclusão.¹

Como interessava para o estudo apreender a influência do diferencial socioeconômico existente entre os estudantes que freqüentavam as diferentes escolas municipais de Guarulhos, foi realizada a combinação dos seguintes indicadores para a seleção por pareamento:

1. Estratos de exclusão socioeconômicos da região, onde as escolas se localizavam, conforme dados do diagnóstico municipal da Secretaria de Saúde: exclusão social maior (índice entre -1,0 e -0,5), exclusão mediana (índice de 0,49 e 0,0) e exclusão menor (índice entre 0,0 e 1,0);¹
2. Processo produtivo predominante nas áreas onde as escolas se localizavam (urbana com atividades de comércio e serviços, urbana com agricultura familiar e rural com propriedades agrícolas média e grande propriedade);²
3. Tamanho das escolas: pequena (até 500 estudantes), média (entre 500 e 900 estudantes) e grande (com mais de 900 estudantes).³

A seleção das unidades escolares obedeceu a critérios estratégicos de modo a garantir a proporcionalidade dos indicadores. A partir da combinação desses três indicadores selecionou-se 13 escolas, cada uma atendendo a três critérios combinados conforme quadro 1:

Quadro 1. Descrição das escolas segundo índice de exclusão social das regiões, processo produtivo predominante no local e o tamanho. Guarulhos, 2007.

<i>Escola</i>	<i>Índice de Exclusão Social (IEx) (1)</i>	<i>Região (2)</i>	<i>Tamanho (3)</i>
1	IEx maior	Urbana	Grande
2	IEx maior	Urbana	Grande
3	IEx maior	Urbana	Média
4	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Grande
5	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Média
6	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Média
7	IEx maior	Rural agrícola	Grande
8	IEx maior	Rural agrícola	Grande
9	IEx maior	Rural agrícola	Pequena
10	IEx mediano	Urbana	Grande
11	IEx mediano	Urbana	Média
12	IEx menor	Urbana	Média
13	IEx menor	Urbana	Pequena

¹ A Secretaria de Saúde de Guarulhos realizou um estudo de caracterização do município utilizando dados secundários e por ocasião da pesquisa contava com um diagnóstico socioeconômico, de saúde e ambiental do município geoprocessado por sub-regiões administrativas de saúde, permitindo conhecer as características dos diferentes territórios em relação a questões socioeconômicas, ambientais e de saúde.

² A divisão administrativa da Secretaria da Educação não era a mesma da Saúde, utilizando como critério de caracterização socioeconômica a localização das escolas em área urbana com processo produtivo principalmente baseado em atividades comerciais e serviços e área urbana com processos produtivos baseados em agricultura familiar e área rural com processos produtivos baseados em produção agrícola em médias e pequenas propriedades.

³ Ainda era importante neste pareamento o tamanho das escolas, pois esta variável pode fazer diferença na aprendizagem e em outras atividades relacionadas a ela como a nutrição e a educação nutricional.

Dado o número de estudantes do ensino fundamental do município e principalmente, a intenção, para esse grupo, em focar as instituições que desenvolviam atividades educativas em alimentação e nutrição, das 13 unidades escolares sorteadas para participar da pesquisa foram convidadas somente as crianças pertencentes às 4 escolas em que foram constatados os desenvolvimentos das atividades educativas. Essa seleção ocorreu a partir da composição de uma lista de atividades em alimentação e nutrição desenvolvidas nas instituições, citadas em entrevistas com os diretores e coordenadores pedagógicos das 13 escolas, e validadas em seminário conjunto realizado pela equipe de pesquisadores e os gestores locais. Destas 4 instituições, participaram 2 classes de cada escola, entre 1^a, 2^a, 3^a ou 4^a séries (dependendo das séries disponíveis em cada), totalizando 8 grupos de crianças.

Os dados foram coletados por meio da técnica do desenho, que tem sido utilizada por diferentes autores (MARTINS e RISÉRIO, 2008; SOUZA FILHO et al., 2010), no qual a partir do tema proposto, as crianças individualmente foram incentivadas a desenhar e posteriormente descrever o seu significado. A escolha da técnica partiu do pressuposto que o desenho é uma linguagem que as crianças dominam muito antes da escrita e utilizam para diversas finalidades, entre elas comunicar idéias, representar situações e brincar (DOMINGUEZ, 2006). Nessa mesma direção, KELLOG (1984 *apud* DOMINGUEZ, 2006) afirma que muitas idéias que as crianças não dizem com palavras são possíveis que digam por meio do desenho. Os desenhos tornam-se uma forma de linguagem, de expressão consciente, resultado da criação lúdica, uma recriação da realidade (DERDYK, 1989).

Desta forma, obteve-se dois tipos de dados: o próprio desenho e a descrição falada de cada criança do respectivo grafismo. O processo de codificação e interpretação dos desenhos foram realizados com o suporte de um psicólogo. Essa interpretação se apoiou na análise dos elementos representados e interação entre eles. Consideraram-se alguns

aspectos que chamavam atenção, a saber: representação de indivíduos em grupo ou isolados, posição das personagens em relação à folha e a outros personagens e/ou objetos, ações em curso na cena retratada, ausências (de personagens ou objetos) e impressão afetiva geral do desenho (quadrante utilizado, análise de traços, cores e detalhes gráficos indicativos de afetos relacionados ao conteúdo representado). Para análise de traços e cores tomou-se por base a recomendação de VAN-KOLCK (1968). As cores foram incorporadas na análise com parcimônia, já que as crianças nem sempre tiveram tempo de pintar seus desenhos ou dispuseram das cores que poderiam ter pretendido usar. Para análise de cada desenho observou-se o conjunto da produção da criança, considerando-se a produção em função do que seria esperado para sua faixa etária (PIAGET e INHELDER, 1998), mas também do que crianças na mesma faixa etária e no mesmo grupo haviam produzido. Assim, se o desenho de uma criança trouxesse indícios de falta de autonomia, procedia-se à comparação com outros desenhos do mesmo grupo, para avaliar se aquele indício era melhor interpretado como uma questão daquela criança, daquele grupo, ou ainda, se poderia ser de fato uma representação fiel de dificuldades concretas enfrentadas no dia a dia. Em relação aos comentários das crianças referentes ao desenho, foram gravadas e transcritas. Posteriormente estes materiais foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 1988), que descreve de forma objetiva e sistemática o conteúdo exposto, com finalidade interpretativa dos mesmos.

Esta técnica pressupõe inicialmente de uma pré-análise, seguida da exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados. Esse conteúdo foi categorizado, a partir da classificação de elementos com características semelhantes ou que se relacionam de alguma maneira, e analisados por meio de similaridades e diferenças observadas, tendências e padrões relevantes (BARDIN, 1988; MINAYO, 2004; NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004).

Visando o anonimato dos participantes na pesquisa, para a apresentação dos resultados criou-se uma identificação. Assim “C” significa “criança”, seguido por um número que varia de 1 a 12 (número de crianças por turma), uma vez que não se utilizaram os nomes próprios dos sujeitos, e a letra “E” de “escola” mais o número de identificação da instituição.

No desenvolvimento desta pesquisa consideraram-se os princípios éticos fundamentais que norteiam estudos envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução CNS 196/96. O projeto da presente pesquisa foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. A participação das crianças foi condicionada a concordância e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido por parte dos pais ou de um responsável legal.

Resultados e Discussão

Dentre as 83 crianças pertencentes aos 8 grupos convidados, 82 aceitaram fazer parte do estudo, que produziram respectivamente, 82 desenhos. Todo o material, desenhos e transcrições das falas das crianças, foram analisados. Porém neste manuscrito, somente 13 serão apresentados nos resultados, aqueles representativos de conteúdos expressos por um grupo de crianças.

A partir dos desenhos das crianças e suas descrições, realizou-se uma análise e classificação de acordo com semelhanças nos conteúdos representados e nas falas, nas quais se elegeu as seguintes categorias: A) **Alimentação Escolar** associada aos **Alimentos** (Descrição e Função); B) **Alimentação Escolar** associada ao **Ambiente** (Estrutura e Organização na fila) e a C) **Alimentação Escolar** associada às **Relações** (Conversando e Brincando).

A) Alimentação Escolar associada aos Alimentos:

Nos desenhos e descrições dessa categoria, a percepção da alimentação escolar focou no alimento em si, na descrição dos alimentos que são servidos, em observações relacionadas a função de saciar a fome e/ou proporcionar prazer. Frequentemente observaram-se desenhos com representações positivas e crianças alegres, associada a momentos agradáveis, características constatadas também nas falas das crianças. No geral, são desenhos que evidenciam a relação individual com o alimento, com apenas uma criança representada ou nenhuma criança.

Na descrição do desenho abaixo a criança refere gostar da comida da escola: “*Aqui sou eu na merenda, eu gosto muito da comida da escola*” (C1-E12), o que pode ser verificado no próprio grafismo em que há uma menina sorrindo diante de um prato de comida e uma colher. O conteúdo e o colorido representaram a alegria e bem estar da criança ao se alimentar na escola. A hora da merenda parece ser uma experiência prazerosa.

C1-E12

O desenho C5-E8 semelhantemente representa positivamente a alimentação escolar. A criança descreve que é um sonho: “*Meu desenho diz que a merenda é um sonho*”. O desenho ocupa a metade superior da folha, com um retângulo de traços curvilíneo (nuvem). Dentro dele vários corações, estrelas e uma menina feliz com uma colher na mão, cercada de pratos, cenouras, maçãs e um balcão de servir os alimentos. O desenho está focado no prazer de se alimentar e demonstra um apreço muito grande pela alimentação oferecida na escola, ressaltando-a como um momento agradável.

C5-E8

Na descrição do próximo desenho, a criança cita os alimentos: “*Aqui desenhei um abacaxi, um prato de comida, uma maçã, banana, melancia, uma bolacha, pão, café e bolinho*” (C3-E1). A partir do conhecimento que estes são alguns dos alimentos servidos rotineiramente às crianças, percebe-se que elas remetem o momento da alimentação a presença e lembrança desses alimentos. Parece ser um momento agradável e lúdico.

C3-E1

Semelhantemente na descrição do material gráfico abaixo a criança cita os alimentos, especificamente o que é servido durante a refeição. “*Aqui é o prato, tem arroz, feijão, frango e aqui é a colher*” (C2-E12). Trata-se de um desenho de um prato cheio de grãos e um pedaço de carne (frango). A criança se empenhou em retratar o que costuma ou gosta de comer, sem se incluir no desenho. A alimentação é representada como oferta de alimentos.

C2-E12

A alimentação é determinada por múltiplos fatores, as práticas e os comportamentos alimentares refletem a interação dos aspectos biológico, social, cultural, psicológico e condições ambientais (GARCIA, 1994; BRASIL, 2006; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006; POULAIN et al., 2011). Uma abordagem holística da alimentação é imprescindível para enfrentar o desafio de motivar os indivíduos para a adoção de uma alimentação saudável (TORAL e SLATER, 2007). Assim, o ato da alimentação deve estar inserido no cotidiano das pessoas, também como um evento agradável, o que foi percebido nessa categoria, a alimentação frequentemente foi associada ao prazer. E o que despertou esse sentimento representado nos desenhos, e a razão de a alimentação ser referida como “um sonho” parece estar vinculado diretamente ao fato de as crianças terem acesso aos alimentos, da possibilidade de comer. As crianças estão focadas na “comida” e tudo o que esta pode representar para elas, como as questões afetivas e culturais.

A alimentação é percebida pelas crianças como um sonho, os alimentos, um momento de comer, de prazer, enquanto para as diretrizes do programa esse momento, inicialmente, é de oferecer alimentos com finalidade de suprir às necessidades básicas do organismo, conseqüentemente, favorecer o crescimento e desenvolvimento saudável (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Essas concepções de comer, alimentar e nutrir, vêm sendo cada vez mais questionadas em estudos realizados por antropólogos, sociólogos, entre outros estudiosos, que passaram a analisar e identificar a alimentação, o ato de comer, como um aspecto cultural e social, ultrapassando o sentido de nutrir-se para sobreviver (ZUIN e ZUIN, 2009). A alimentação escolar é considerada não somente uma oferta de complemento alimentar, como o foco principal do PNAE: “Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). A alimentação para as crianças está associada principalmente à figura dos alimentos. A visão biológica dos alimentos para o grupo parece não ser relevante, a alimentação é o alimento, é a comida, ou seja, não são nutrientes.

O sentimento de prazer ao se alimentarem e saciar a fome são sensações presentes nas representações dessas crianças e isso está em consonância aos estudos em que o alimento é descrito como um meio de prazer e de desejo (GARCIA, 1994). Assim como na pesquisa de BEZERRA (2009) sobre os significados e implicações curriculares da merenda escolar em escolas de ensino fundamental do Ceará, a alimentação escolar não apareceu sem referência à problemática da fome, principalmente por se tratar de uma população em risco de vulnerabilidade social. Mas de acordo com MUNIZ e CARVALHO (2007) o ambiente escolar não pode ser tomado como solução para o problema da fome, sob pena de comprometer a função pedagógica. Se a alimentação escolar se sobrepuser à ação pedagógica de ensinar, estará substituindo a deficiência alimentar pela deficiência educacional, reforçando, a exclusão social. (CECCIM, 1995; MUNIZ e CARVALHO, 2007).

B)Alimentação Escolar associada ao Ambiente

No que se refere à categoria B, os desenhos e as descrições das crianças evidenciaram a estrutura do local em que eram realizadas as refeições e na organização da fila que se formava durante a distribuição dos alimentos.

Na descrição do desenho C3-E8, a criança coloca sua percepção mais sobre o local onde é servida a alimentação e os utensílios utilizados. Interessante que os alimentos oferecidos não são mencionados: *“Aqui os pratos e colher, aqui é onde a gente senta para comer e aqui é o pátio, estou fazendo os menininhos...”* Há um grande balcão e mesas vazias vistas de cima. Considerando o capricho dos detalhes do balcão acredita-se que essa criança valoriza a possibilidade que os alunos têm de se servirem, assim como a importância do entorno que envolve esse momento.

C3-E8

Outro comentário de um desenho em que a criança cita o ambiente e toda estrutura no momento da alimentação escolar: *“Meu desenho representa onde nós pegamos comida e as crianças comendo. Isso é onde escreve a comida que vai ter no dia. Tem aqui na escola uma lousinha. Aqui é na onde põe os pratos e aqui os talheres. E aqui a gente comendo”* (C7-E1). O material gráfico mostra as crianças sentadas à mesa sorrindo e uma lousa com o cardápio do dia. Apesar de o foco estar no ambiente, a alimentação também aparece como um momento agradável em que é possível estar com os amigos, e percebe-se um interesse pelos alimentos.

C7-E1

Para outra criança a alimentação é representada principalmente pela fila que se forma quando são servidos os alimentos: *“Eu fiz aqui a fila, aqui é a professora sentada e aqui onde a tia serve”* (C5-E7). No desenho, a merendeira serve os alimentos e há uma fila de meninos e meninas no aguardo. Há também duas mesas em que crianças se alimentam.

Interessante destacar neste desenho e fala, a lembrança da criança de outros atores escolares envolvidos no momento da alimentação. Isto reforça as afirmações de estudos que apontam, que profissionais como as merendeiras e os professores, são elementos importantes no âmbito escolar, pois atuam diretamente no processo de aprendizagem e desenvolvimento de condutas das crianças, entre elas a formação de hábitos alimentares saudáveis. Estes atores encontram-se em posições estratégicas visto o contato frequente com as crianças, os valores que expressam na escola geralmente são apreendidos pelas crianças na vivência diária (TEMPORINI, 1992; FERNANDES et. al., 2005).

Quanto o sistema de distribuição dos alimentos, durante o período do estudo, as escolas municipais estavam em processo de transição, do modelo centralizado, no qual a criança recebe o prato pronto com as preparações porcionadas, para o de auto-serviço, aquele em que a própria criança tem a oportunidade de se servir dos alimentos para consumir durante a refeição. A escola desta criança, autora do desenho, ainda possuía o sistema de distribuição da alimentação centralizada, ou tratava-se de uma novidade para ela, visto que remetia o momento da alimentação na escola às merendeira servindo as crianças. Este novo modelo de distribuição, a ser adotada pelas escolas de Guarulhos, é positivo uma vez que permite a autonomia das crianças, estimula os hábitos alimentares saudáveis e propicia a integração de outras atividades educativas, por meio da criação de espaços de construção do conhecimento sobre saúde e nutrição (BLEIL et al., 2009).

C5-E7

Semelhantemente, na percepção dessa criança (C2-E8) o momento da alimentação é lembrada pela fila. “*Eu desenhei as crianças na fila da merenda.*” Há uma fila de crianças que se preparam para se servirem. Nas cubas do balcão há beterraba, carne, feijão e arroz, provavelmente retratando algo que é do cotidiano para estas crianças.

C2-E8

O ambiente, descrito em detalhes que compõe o local onde é realizada a refeição, integra pratos e mesas e o alimento no geral não recebe destaque. Em alguns desenhos desta categoria notam-se a ausência das próprias crianças. A alimentação foi representada como estrutura física, mesas e bancadas. O fato de as crianças não ter incluído em seus desenhos elas mesmas ou outras crianças e nem utilizado outros recursos expressivos foi entendido como representativo de uma relação mais distanciada da alimentação, como observado no desenho a seguir.

C10-E8

Nessa mesma categoria, observa-se a lembrança da alimentação como o momento da fila, de organização. Ela está associada à fila no processo de se servir, o alimento era apenas esboçado, novamente não tendo destaque no desenho ou nas falas. Um estudo de MUNIZ e CARVALHO (2007) sobre adesão da alimentação escolar sob ponto de vista dos beneficiários do PNAE também relataram que a formação de filas caracterizava o momento da alimentação escolar, sendo uma forma de organizar o momento da merenda, otimizando o tempo, além de paralelamente possibilitar o desenvolvimento das crianças, quanto ao senso de respeito e interação com os colegas. Essa forma de distribuição também foi verificada por ABREU (1995), há anos atrás, ao investigar a prática do programa em Porto Alegre.

A questão dos detalhes da estrutura e formação das filas estiveram mais evidentes ainda, representando fortemente o momento da alimentação escolar, devido ao novo sistema implantado e disponibilizado às crianças no momento das refeições, o auto serviço. Esse sistema apareceu em muitos dos desenhos e recebeu destaque nas produções, bem como a possibilidade de escolha dos alimentos que este oferece também foi valorizada por algumas crianças. O que permite observar a importância para a criança, do ambiente e da estrutura em que acontece a alimentação, e não somente dos alimentos e das preparações que são servidas.

CUNHA et al. (2010) apontaram a importância do ambiente escolar. O ambiente transformado com a participação dos escolares contribui com a formação crítica dos alunos sobre as formas de condução de sua saúde, visto que a escola é um espaço de convivência, tornando imperativo o desenvolvimento de atividades educacionais em saúde, alimentação e nutrição que fomentem o interesse e a curiosidade, o incentivo ao exercício permanente de direitos e deveres, superando o caráter assistencialista da alimentação.

Ressalta-se que apesar da importância do cenário que envolve o momento da alimentação e a importância atribuída a ela pelas crianças, os recursos repassados do governo federal para a municipal destinam-se exclusivamente à compra de gêneros alimentícios. Cabe ao município arcar com a responsabilidade de montar infra-estrutura mínima para preparação das refeições. Uma pesquisa com os gestores do PNAE entrevistados nos municípios do interior da Bahia apontaram como principal obstáculo à

estrutura inadequada e insuficiente para preparo das refeições o que consequentemente influenciava a relação das crianças com a alimentação escolar. Resultado semelhante foi obtido em outro estudo, no qual foram registrados problemas quanto à infra-estrutura para a produção do alimento, particularmente nas escolas localizadas na área rural (SANTOS et al., 2007).

Assim, percebe-se que, no entendimento da criança, a alimentação na escola engloba o ambiente e a organização do entorno, estes aspectos também fazem parte do que entendem por alimentação escolar. Contudo, como constatado em outras pesquisas, pouco é investido nesse setor.

C) Alimentação Escolar associada às Relações

Essa categoria representa a alimentação como um momento de convivência, de conversar e socializar com os amigos, não sendo frequente a representação do alimento. Como demonstrado nos materiais gráficos e descrições a seguir, para essas crianças a alimentação envolve um momento marcado pela socialização.

A alimentação escolar é um momento de convivência, de conversar com os amigos e, nesse contexto, os alimentos não são destacados. Essa valorização da convivência é evidenciada pelo desenho C1-E12, no qual a criança refere: *“Eu tô desenhando todo mundo falando, que é a única coisa que todo mundo sabe fazer na merenda”* (C1-E12). Desenho em grafite, com uma mesa vista de cima e duas cabeças pintadas (somente os cabelos) e em volta de uma delas estão escritos vários “blá”. O momento da alimentação aparece como um período de bate papo com os colegas.

C1-E12

No comentário desse outro desenho, a criança também compreende a alimentação como um momento de possibilidade de conversar com o colega: “*Eu desenhei eu e o Pedro conversando*” (C4-E12). Desenho de grafite, com uma mesa, com um banco e dois meninos, que estão sorrindo e um deles com um balão cheio de “blá”. A alimentação aparece como hora de conversar e não há qualquer representação do alimento.

C4-E12

Semelhantemente, para essa criança a alimentação é percebida como um momento de socialização, porém por meio de brincadeiras: “*Eu fiz um menino comendo e dois amigos meus jogando a bolinha. Dois meninos brincando de pega-pega. Aqui é o banheiro. Uma maçã. Aqui é onde pega a comida. E isso tá fechado, é tipo uma grade, uma grade*” (C9-E8). O grafismo retrata algumas crianças que estão se alimentando e outras brincando ou indo ao banheiro. Trata-se de um período em que é possível se alimentar, mas principalmente brincar, sendo o comer encarado como um ato mais individual e solitário do que o brincar. O ambiente escolar parece agradável.

C9-E8

Para essa outra criança a alimentação escolar é associada ao lúdico. No desenho há uma bancada, uma mesa e três crianças que estão brincando. Mostra a alimentação como um momento prazeroso em que é possível estar com os amigos e principalmente brincar: *“Desenhei as crianças brincando no pátio. Isso aqui é a mesa e na onde ficam as comidas”* (C5-E1).

C5-E1

Entende-se que para essas crianças a alimentação escolar está vinculada a um momento para se alimentarem, porém está muito mais evidente a questão da socialização, em que é possível conversar e brincar com os colegas. Pode-se constatar que a alimentação na escola para essa criança, não tem como intuito principal a satisfação biológica, mas sim possibilitar a socialização com seus pares.

A temática “alimentação” quase sempre está associada a uma quantidade de proteínas, carboidratos e vitaminas que são necessárias ao organismo do indivíduo. Contudo, antes de se resumir a sua importância fisiológica para o homem, a alimentação é um ato cultural, que envolve rituais, emoções, memórias, sendo essencial para a constituição do indivíduo (ZUIN e ZUIN, 2009).

A alimentação está envolta nos mais diversos significados, desde o âmbito cultural até as experiências pessoais. Em torno da mesa, são consagradas as confraternizações, são transmitidos valores culturais, são rememoradas as raízes familiares e são reforçadas as relações afetivas (GARCIA, 1994). E o momento da alimentação para essas crianças faz parte desse âmbito, em que além de alimentar é possível confraternizar e se relacionarem livremente com os pares, o que muitas vezes não ocorre dentro da sala de aula. Esta constatação, semelhantemente foi percebida por ASSAO (2007) em um estudo em escolas

de educação infantil em um outro município de São Paulo, onde, durante as refeições, além da oferta de uma refeição adequada nutricionalmente, os professores apontaram o relacionamento no momento da refeição como uma prática para promoção da alimentação saudável.

Percebe-se que isso ocorre independentemente do grupo etário. ALVES e BOOG (2007), em outra pesquisa cujo objetivo era descrever o comportamento alimentar de estudantes universitários, notaram que o fato de estarem acompanhados durante as refeições, de comerem acompanhados, influenciava positivamente na alimentação. De acordo com ZUIN e ZUIN (2009), as pessoas além de se alimentarem com a intenção de nutrir, possuem a necessidade de se relacionar com outras, por isso, por meio dos alimentos que os homens desde os tempos remotos, em comunhão, se organizaram cultural e socialmente.

Nessa mesma direção, SANTOS e CHAVES (2010) ao realizarem uma pesquisa com crianças de 9 a 11 anos de escolas públicas e particulares investigando se elas reconheciam alguns dos seus direitos, perceberam que além do direito de estudar e de se alimentar na escola, reconheciam o espaço como lugar de brincadeira e de convivência “direito de ir para escola estudar, alimentar/comer, brincar e fazer colegas”. E próximo ao que foi constatado nesse estudo, as crianças desta pesquisa entenderam a alimentação escolar como um momento para exercerem também essas atividades sociais.

Considerações Finais

A alimentação escolar foi percebida como um momento de prazer em que as crianças se alimentam para saciar a fome, no qual é possível socializar com os amigos, brincar e conversar, dentro de um ambiente adequado. Ou seja, na concepção dessas crianças a alimentação escolar engloba um conjunto de aspectos: o alimento ofertado, o ambiente em que ocorre a alimentação e as possíveis relações estabelecidas com os pares neste momento.

A baixa aceitabilidade da alimentação escolar, observada em alguns estudos, pode ser atribuída a fatores como não se conhecer o que pensa, espera ou representa essa alimentação para os escolares. Poucas vezes a criança é consultada sobre o que gostaria de

comer na escola, oferecendo assim alimentos que, na opinião dos gestores, seriam adequadas a sua idade e de seu gosto. Semelhantemente ao que ocorre com a composição dos cardápios, acontece em relação aos aspectos do ambiente e das ações desenvolvidas sobre a alimentação, que são elaboradas, desenvolvidas e definidas em função da concepção que os adultos possuem sobre as crianças.

Nesse sentido, frente ao observado nos desenhos e descrições das crianças, acredita-se que para uma maior adesão do programa e aceitação da alimentação, além de considerar os aspectos já contemplados pelo programa, deve-se incorporar ou reforçar três aspectos: o alimento, o ambiente e as relações com os pares, que foram apontados pelo grupo estudado como fundamentais e parte integrante do cenário da alimentação na escola. No entendimento do grupo estudado, a alimentação envolve um conjunto de características que extrapolam a oferta de uma refeição adequada nutricionalmente, que atenda ao paladar e que faça parte da cultura alimentar local. Para as crianças, implica em prazer, saciar a fome, ter alimentos que gostam, em um ambiente com estruturas e utensílios adequados, e poder conversar e brincar com os colegas. Dessa forma, acredita-se que para uma maior aceitação e o sucesso da alimentação escolar, além da adequação nutricional, um dos desafios para os gestores, os profissionais e toda a comunidade envolvida, seria a incorporação às suas práticas desses aspectos que permeiam o momento da alimentação na escola.

Referências

Abreu M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? In: Em aberto: merenda escolar. Brasil: Ministério da Educação e do Desporto; 1995.

Alves HJ, Boog MCF. Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção da saúde. Rev Saúde Pública. 2007; 41(2): 197-204.

Assao TY. Percepções e práticas sobre alimentação infantil entre os educadores de creches públicas [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2007.

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1988. 225 p.

Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. Rev Brasileira de Educação. 2009; 14(40): 103-115.

Bleil RAT, Salay E, Silva MV. Adesão ao Programa de Alimentação Escolar por alunos de instituições públicas de ensino no município de Toledo, PR. Rev Segurança Alimentar e Nutricional. 2009; 16(1): 65-82.

Boog MCF. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental. Rev Nutr. 2010; 23(6): 1005-1017.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Portaria Interministerial nº 1010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: MEC; 2006. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>.

Caniné ES, Ribeiro VMB. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. Ciênc Educ. 2007; 13(1): 47-70.

Ceccim RB. A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania. In: Em aberto: merenda escolar. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; 1995.

Cunha E, Sousa AA, Machado NMV. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnostico para a educação em saúde e nutrição. Ciênc Saúde Coletiva. 2010; 15(1): 39-49.

Derdyk E. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: Scipione; 1989. 239 p.

Diez-Garcia RW. Mudanças Alimentares: implicações práticas, teóricas e metodológicas. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.3-17.

Dominguez CRC. Desenhos, palavras e borboletas na educação infantil: brincadeiras com as idéias no processo de significação sobre os seres vivos [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; 2006.

Fernandes MH, Rocha VM, Souza DB. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. 2005; 12(2): 283-291.

Garcia RWD. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. Rev Cadernos de Debate Unicamp. 1994; 2: 12-40.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades @. Guarulhos – SP. IBGE; 2006. [acesso em 26 jan 2008]. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadessat/>

Martins MR, Risério R. As representações gráficas do brincar da criança hospitalizada. UDESC em Ação. 2008; 2(1). [acesso em 08 nov 2011]. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/view/1710>

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec; 2004. 269 p.

Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Brasília: MEC; 2011. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: MS; 2006. p.31-37.

Muniz VM, Carvalho AT. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. Rev Nutr. 2007; 20(3): 285-296.

Nogueira-Martins MCF, Bógus CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. Saúde Soc. 2004; 13(3): 44-57.

Piaget J, Inhelder B. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998.137 p.

Poulain J, Proença RPC, Diez-Garcia RW. Diagnóstico das práticas e comportamento alimentar: aspectos metodológicos. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.149-163.

Santos GL, Chaves AM. Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças. Rev Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. 2010; 4(2): 281-290.

Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS, Santos LS. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad Saúde Pública. 2007; 23(11): 2681-2693.

Souza Filho E, Insfrán F, Magalhães AP, Rosas D. Avaliação de escolas públicas através de desenhos: um estudo comparativo de três escolas da cidade do Rio de Janeiro. Ensaio: aval pol públ educ. 2010; 18(67): 325-344.

Temporini ER. Saúde do Escolar: conduta e opinião de professores do sistema de ensino do Estado de São Paulo. Rev Bras Saúde Esc. 1992; 2(3/4): 123-36.

Teo CRPA, Corrêa EM, Gallina LS, Fransozi C. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. Nutrire: Rev Soc Bras Alim Nutr. 2009; 34(3): 165-185.

Toral N, Slater B. Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar. Cien Saúde Coletiva. 2007; 12(6): 1641-1650.

Van-Kolck OL. Interpretação psicológica de desenhos: três estudos. São Paulo: Pioneira; 1968. 179 p.

Zuin LFS, Zuin PB. Alimentação é cultura – aspectos históricos e culturais que envolvem a alimentação e o ato de se alimentar. Rev Soc Bras Alim Nutr. 2009; 34(1): 225-241.

4.2 MANUSCRITO 2:

Alimentação do escolar: percepção de quem prepara e oferece as refeições na escola.

School Feeding: perception of those who prepare and offer the meals at the school.

RESUMO

Objetivo: Identificar as percepções vinculadas à alimentação escolar entre merendeiras de escolas públicas do município de Guarulhos, São Paulo. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Participaram 22 merendeiras das 13 instituições selecionadas, dentre 63 escolas do ensino fundamental. Para coleta dos dados optou-se pela técnica do grupo focal. As informações obtidas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo. **Resultados e Discussão:** As percepções das merendeiras sobre alimentação escolar apareceram vinculadas às características do *ambiente escolar* e do *alimento*. As deficiências de espaço físico, equipamentos e materiais foram associadas às dificuldades no desenvolvimento do trabalho e conseqüentemente na preparação e distribuição de uma alimentação adequada. A alimentação escolar transcende a oferta de refeições; contestam os cardápios que deveriam estar nutricionalmente adequados e compostos por gêneros de qualidade, e se preocupam com a aceitabilidade por parte das crianças. **Considerações Finais:** As merendeiras possuem um papel importante na alimentação escolar, mas são poucas as oportunidades que lhes são oferecidas para interferir em algumas questões que percebem estarem inadequadas. A atuação desses profissionais acaba se restringindo às ações operacionais, visto que outros atores e as próprias merendeiras, não percebem o espaço existente para ampliar a sua atuação na educação nutricional.

Descritores: Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa Qualitativa, Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação.

ABSTRACT

Objective: Identify the perceptions linked to school feeding by the school meal cooks of public schools from the city of Guarulhos, São Paulo. **Method:** It is a descriptive type study with a qualitative approach. Twenty-two school meal cooks from the 13 institutions selected, among the 63 elementary school, participated. For data collection it was opted to use the focal group technique. The information obtained was recorded, transcribed and submitted to content analysis. **Results and Discussion:** The school meal cooks perceptions about the school feeding appear linked to the characteristics of the *school environment* and *of the food*. The lack of physical space, equipment and materials were associated to the difficulties in the development of the work and consequently in the preparation and distribution of adequate eating. School feeding transcends the offering of meals; they contest that the menus should be nutritionally proper and composed by items of quality, and they are concerned with the acceptability on part of the children. **Final Considerations:** The school meal cooks have an important role in school feeding, but few opportunities are offered to them to interfere in some matters that they consider inappropriate. The performance of these professionals end up being restricted to the operational actions, seeing that other players and the school meal cooks themselves do not see existing room to enlarge their performance in nutritional education.

Descriptors: School Feeding. Nutritional and Food Education, Qualitative Survey, Food and Nutrition Policies and Programs.

Introdução

A alimentação das crianças em idade escolar reflete as práticas alimentares adotadas por suas famílias e as oferecidas na escola, e estão condicionadas a vários fatores, entre os quais as condições de preparo e distribuição da alimentação nesse espaço. Nesse sentido, estão em pauta não somente os cardápios e sua adequação aos hábitos alimentares culturalmente estabelecidos na região, mas também o ambiente físico e social em que se produz e oferece a alimentação (TEO et al., 2009).

De acordo com DIEZ-GARCIA (2011), além das características dos alimentos e dos serviços de alimentação, o ambiente e as circunstâncias de preparo e distribuição, também

exercem influência na escolha alimentar. O comportamento alimentar é complexo, inclui determinantes internos e externos ao sujeito, leva em conta as práticas alimentares que vão desde os procedimentos relacionados à seleção dos alimentos, sua preparação e seu consumo propriamente dito, incluindo outros valores simbólicos associados à alimentação (GARCIA, 1997).

Nesse sentido, QUAIOTI e ALMEIDA (2006) ratificam que o comportamento alimentar humano reflete interações entre o estado fisiológico, o estado psicológico e as condições do local em que o indivíduo se alimenta. A capacidade para controlar a ingestão requer mecanismos especializados para harmonizar informações fisiológicas do meio interno com informações nutricionais do ambiente externo. As informações do meio interno dizem respeito a neurotransmissores, hormônios, sistema gastrointestinal, tecidos de reserva, formação de metabólitos e receptores sensoriais. As informações do meio externo dizem respeito às características dos alimentos - sabor, familiaridade, textura, composição nutricional e variedade - e características do ambiente - oferta ou escassez de alimentos, localidade, estrutura e equipamentos disponíveis, assim como crenças sociais, culturais e religiosas.

Assim como os aspectos internos e externos à alimentação influenciam o comportamento alimentar das crianças, os atores sociais envolvidos no preparo e distribuição dos alimentos podem influenciar no processo de promoção de hábitos alimentares saudáveis e, portanto assumem funções relevantes neste contexto. Entre os sujeitos que estão diretamente ligados ao momento da alimentação, destacam-se as merendeiras. Estes profissionais têm sob sua responsabilidade a tarefa de compreender todo o processo de preparar e distribuir as refeições, além do seu papel na promoção a educação nutricional (COSTA et al., 2002; CARVALHO et al., 2008). TEO et al. (2010) em um estudo com merendeiras de escolas estaduais de Chapecó-SC, observaram que o potencial desses profissionais para a educação em saúde permanecia inexplorado e que alguns nem percebiam essa possibilidade. Os pesquisadores justificavam essa posição, sobre o papel desses profissionais na alimentação escolar, pela satisfação que expressaram em exercer a função, por se relacionarem continuamente e terem grande vínculo com as crianças e principalmente pelo desejo de maior participação e integração com os outros atores escolares.

Este estudo procurou identificar as percepções vinculadas à alimentação escolar entre merendeiras de escolas públicas do município de Guarulhos, SP. O fato de ter sido estabelecido um modelo de distribuição de alimentos diferenciado para as crianças - o auto serviço – as merendeiras teriam mais oportunidades de contato e de influência nas escolhas de alimentos dos escolares. As percepções desses profissionais tornam-se relevantes na avaliação do sistema e para o encaminhamento de soluções para os problemas existentes.

Método

O estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa foi desenvolvido no município de Guarulhos nos anos de 2007 e 2008, nas escolas públicas municipais.

Localizado na Região Metropolitana de São Paulo, Guarulhos contava com 1.236.192 habitantes no censo populacional de 2006 em sua área urbana e com 40.715 estudantes matriculados nas escolas municipais de educação fundamental, caracterizando-se como um grande centro urbano (IBGE, 2006).

O município, na época da pesquisa, apresentava um universo de 63 unidades escolares do ensino fundamental. Destas escolas, 80% pertenciam às regiões mais excluídas, 10% às de mediana exclusão e 10% das unidades de menor exclusão.¹

Como interessava para o estudo apreender a influência do diferencial sócio-econômico existente entre os estudantes que freqüentavam as diferentes escolas municipais de Guarulhos, foi realizada a combinação dos seguintes indicadores para a seleção por pareamento:

1. Estratos de exclusão sócioeconômicos da região, onde as escolas se localizavam, conforme dados do diagnóstico municipal da Secretaria de Saúde: exclusão social maior (índice entre -1,0 e -0,5), exclusão mediana (índice de 0,49 e 0,0) e exclusão menor (índice entre 0,0 e 1,0);¹
2. Processo produtivo predominante nas áreas onde as escolas se localizavam (urbana com atividades de comércio e serviços, urbana com agricultura familiar e rural com propriedades agrícolas – média e grande propriedade);²

3. Tamanho das escolas: pequena (até 500 estudantes), média (entre 500 e 900 estudantes) e grande (com mais de 900 estudantes).³

A seleção das unidades escolares obedeceu a critérios estratégicos de modo a garantir a proporcionalidade dos indicadores. A partir da combinação desses três indicadores selecionou-se 13 escolas, cada uma atendendo a três critérios combinados conforme quadro 1:

Quadro 1. Descrição das escolas segundo índice de exclusão social das regiões, processo produtivo predominante no local e o tamanho. Guarulhos, 2007.

<i>Escola</i>	<i>Índice de Exclusão Social (IEx) (1)</i>	<i>Região (2)</i>	<i>Tamanho (3)</i>
1	IEx maior	Urbana	Grande
2	IEx maior	Urbana	Grande
3	IEx maior	Urbana	Média
4	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Grande
5	IEx maior	Urbana com agricultura familiar	Média
7	IEx maior	Rural agrícola	Grande
8	IEx maior	Rural agrícola	Grande
9	IEx maior	Rural agrícola	Pequena
10	IEx mediano	Urbana	Grande
11	IEx mediano	Urbana	Média
12	IEx menor	Urbana	Média
13	IEx menor	Urbana	Pequena

¹ A Secretaria de Saúde de Guarulhos realizou um estudo de caracterização do município utilizando dados secundários e por ocasião da pesquisa contava com um diagnóstico sócio-econômico, de saúde e ambiental do município geoprocessado por subregiões administrativas de saúde, permitindo conhecer as características dos diferentes territórios em relação a questões sócio-econômicas, ambientais e de saúde.

² A divisão administrativa da Secretaria da Educação não era a mesma da Saúde, utilizando como critério de caracterização sócio-econômica a localização das escolas em área urbana com processo produtivo principalmente baseado em atividades comerciais e serviços e área urbana com processos produtivos baseados em agricultura familiar e área rural com processos produtivos baseados em produção agrícola em médias e pequenas propriedades.

³ Ainda era importante neste pareamento o tamanho das escolas, pois esta variável pode fazer diferença na aprendizagem e em outras atividades relacionadas a ela como a nutrição e a educação nutricional.

Todas as merendeiras das 13 escolas selecionadas, totalizando 26 profissionais, foram convidadas a participar da pesquisa.

Para coleta dos dados optou-se pela técnica do grupo focal. O grupo focal é uma técnica que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões grupais em que as pessoas que compartilham um traço comum discutem vários aspectos de um tema específico (WESTPHAL et al., 1996). Trata-se de uma discussão focada em tópicos,

numa interação entre os participantes e o pesquisador (CARLINI-COTRIM, 1996; IERVOLINO e PELICIONI, 2001). É bastante adequada para identificação de conceitos, crenças, percepções, expectativas, motivações e necessidades de um grupo (NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004). Partindo do pressuposto que as percepções são socialmente construídas, a técnica torna-se interessante por oferecer possibilidades para se pensar coletivamente uma temática que faz parte da vida das pessoas que estão reunidas (WESTPHAL et al., 1996).

De acordo com as recomendações para aplicação da técnica, os grupos são constituídos por cerca de 6 a 15 integrantes, desta forma as merendeiras foram divididas em dois grupos selecionadas casualmente (WESTPHAL et al., 1996). As aplicações da técnica foram realizadas por equipes experientes na condução, respeitando todos os requisitos operacionais necessários desde a seleção, composição e recrutamento dos participantes; local adequado; número de encontros e duração dos grupos; condução dos grupos; registros e transcrição dos dados (CARLINI-COTRIM, 1996; WESTPHAL et al., 1996; NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004; MUNARI et al., 2008). De acordo com as recomendações, os encontros foram conduzidos por um moderador, com auxílio de um observador, que encorajava os participantes a expressarem livremente suas opiniões, sentimentos e pareceres sobre a questão em estudo a partir de um roteiro, em que a questão norteadora estava associada ao entendimento da equipe quanto à alimentação escolar.

Os comentários dos grupos foram gravados, posteriormente transcritos e submetidos a análise de conteúdo, de acordo com a técnica proposta por BARDIN (1988). Desta forma, submeteu-se o material resultante dos grupos a três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante, que permitiu uma visão global dos dados coletados. A exploração do material foi feita por uma análise detalhada que possibilitou a identificação das unidades de registro e construção das categorias temáticas. E no tratamento dos resultados e interpretação, o conteúdo foi analisado e discutido com o auxílio do referencial teórico sobre o tema (BARDIN, 1988; MINAYO, 2004).

Visando o anonimato dos participantes, para a apresentação das frases que expressavam conteúdos relacionados a temas específicos – resultados – criou-se uma

identificação. Assim, “M” significa “merendeira”, seguido por um número de identificação dos sujeitos, uma vez que não se identificou as frases com os nomes próprios dos mesmos, e uma letra minúscula (“a” ou “b”) que as distinguiam de acordo com o grupo focal em que participaram, dado que os profissionais foram divididos em duas turmas na coleta dos dados.

A pesquisa considerou os princípios éticos, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Respeitou a Resolução CNS 196/96, que regulamenta estudos envolvendo seres humanos, possibilitando os sujeitos manifestarem sua anuência à participação na pesquisa mediante consentimento livre e esclarecido.

Resultados e Discussão

Dentre as 26 merendeiras convidadas, participaram do estudo 22, que foram divididas em dois grupos focais de 11 participantes, com duração média de 1:30 horas cada.

As percepções do grupo sobre a alimentação escolar resultaram em duas categorias:

Alimentação Escolar associada ao Ambiente

Quando incentivadas a falar sobre a alimentação escolar, observou-se que os comentários sobre o ambiente, principalmente a infra-estrutura destinada ao preparo dos alimentos, foi um tema muito presente nos discursos. As características do ambiente, como a disponibilidade de espaço físico, dos equipamentos e dos materiais, na percepção desses profissionais estão diretamente associados à alimentação escolar. A ausência de investimentos nesses itens pode repercutir em dificuldades no desenvolvimento do trabalho e conseqüentemente no processo de ofertar alimentos adequados, de acordo com os objetivos da alimentação escolar do município, como observado nos discursos. A gestão descentralizada do PNAE não prevê investimentos em nível local para o provimento das instalações, equipamentos e da equipe para o preparo e distribuição das refeições. Os recursos repassados do governo federal para o municipal destinam-se exclusivamente à compra de gêneros alimentícios, cabendo ao município arcar com a responsabilidade de

disponibilizar infra-estrutura mínima para a preparação das refeições (SANTOS et al., 2007). Conforme a Lei n 11.947/2009 que dispõe que os recursos financeiros repassados para a alimentação escolar são designados à aquisição dos gêneros alimentícios (BRASIL, 2009).

O espaço é restrito em muitas das cozinhas, fazendo com que as merendeiras coloquem os alimentos em locais que não são adequados para estocagem. Os gêneros que necessitam de refrigeração muitas vezes têm que ser preparados no momento do recebimento ou congelados. O espaço físico de muitas cozinhas, segundo algumas delas, é limitado e em algumas há somente uma pia pequena, são copas que funcionam como cozinhas. Assim se manifestaram as merendeiras sobre as deficiências do espaço físico.

“Está faltando estrutura para trabalhar (...) simplesmente não tem condições de se trabalhar, a cozinha é pequena, tem dias que não tem nem estoque, tem que improvisar colocando em cima de armário, arrumar prateleira, se virar!” (M3a)

“Não temos geladeiras suficientes, não temos espaços para armazenar os legumes (...), às vezes a gente acredita que a escola vai ser reformada, porque é um “bequinho” para guardar tudo o que precisamos, como se vai conservar? Cenoura, batatas, abobrinha... não temos espaço para conservar, então não basta chegar lá e olhar o cardápio...”(M3a)

Mencionam que há escolas que não tem esses problemas, por que sua construção mais recente, previu um espaço mais adequado, mas sugerem que muitas outras sejam reformadas para melhorar a infra-estrutura necessária para o fornecimento de uma alimentação adequada:

“O espaço físico é uma necessidade, sei que tem escolas por aí que são maravilhosas, principalmente ao nível que chegamos hoje, de self service, de manuseio de alimentos, mas precisam passar por uma reforma. A questão do espaço físico, precisa dar condições! Deveríamos ter melhores condições nas ferramentas, de aparelhos, a cozinha geralmente é pequena, tem poucos freezers, é muito gênero para pouco material. Chega um monte de verdura e você empilha tudo na cozinha. A gente não tem onde armazenar, a dispensa é pequenininha, chega aquele monte de alimentos a gente tem que empilhar tudo.

As condições na minha escola são ruins por causa do espaço físico e falta de materiais, faca, liquidificador, essas coisas que a gente precisa usar no dia-a-dia.” (M4a)

“A minha escola é grande, mas falta aumentar o tamanho da cozinha, a escola tem muitos alunos e só tem dois freezers e uma geladeira para guardar tudo. Faltam equipamentos e materiais para o dia-a-dia como: facas e panelas para o uso no nosso trabalho... E ter menos cobrança da nossa supervisão, que pede para não deixar estragar e vencer (os alimentos), seguir o cardápio, mas não dá, essa parte dos equipamentos precisa melhorar.” (M1a)

Nesse sentido, outros estudos que se propuseram avaliar o programa também identificaram essa deficiência. SANTOS et al. (2007) em uma pesquisa em escolas nos municípios do interior da Bahia cujo objetivo era identificar os obstáculos e oportunidades que incidiam sobre a implementação descentralizada do PNAE de 1995 - 2002, os gestores entrevistados apontaram como principal obstáculo à deficiência da infra-estrutura. MASCARENHAS e SANTOS (2006) em um outro estudo que se propôs a analisar o valor nutricional e o custo da alimentação de estudantes de escolas públicas em zona rural e urbana em um estado também da Bahia, observaram que a falta de infra-estrutura, como espaços físicos adequados e equipamentos básicos, principalmente refrigeradores, em algumas escolas, impossibilitava o armazenamento dos alimentos perecíveis, o que influenciava a composição do cardápio oferecido aos alunos, uma vez que não eram comprados com regularidade. MARTINS et al. (2004) em escolas públicas de ensino fundamental de Piracicaba/ SP verificaram que para aumentar a aceitabilidade da alimentação escolar seriam fundamentais ações de educação nutricional e de qualificação de toda a comunidade escolar, associadas a investimentos no ambiente, na infra-estrutura de produção e distribuição da alimentação.

VALERIANE (2011) acredita que há um desconhecimento das necessidades das cozinhas escolares, pois em um estudo que avaliou o sistema de gestão do programa de alimentação escolar em Goiás, observou a ausência de investimento em equipamentos de necessidades primárias.

Visto a atividade que as merendeiras desempenham nas escolas, de manipular, preparar e distribuir as refeições visando à promoção da saúde de escolares por meio da

suplementação alimentar (COSTA et al., 2002), muito se fala em capacitar esses profissionais. Por serem os responsáveis pelo preparo das refeições, há uma grande preocupação para que esses detenham conhecimentos e técnicas principalmente de boas práticas de higiene e manipulação dos alimentos. Porém é necessário investigar e atuar sobre as suas condições de trabalho, no contexto global de fatores que interferem na alimentação escolar, tanto os individuais e como os coletivos, os comportamentais e também os ambientais, que de alguma forma condizionarão as práticas dos profissionais que atuam no sistema (COSTA et al., 2002).

A portaria interministerial nº 1010 de 8 de maio de 2006 que institui as diretrizes para Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, estabelece que entre os eixos prioritários está o estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar, sendo necessário sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para preparar e oferecer alimentos mais saudáveis. Aponta que para alcançar a alimentação saudável no ambiente escolar deve-se conhecer, fomentar e criar condições para a adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação (BRASIL, 2006).

Desta forma, um ambiente com espaço físico, equipamentos e materiais adequados, possibilitam melhor desempenho do trabalho dos profissionais, que inclui o cumprimento do cardápio planejado e principalmente o fornecimento da alimentação escolar de forma adequada. Condições precárias dos ambientes de produção das refeições, como as mencionadas por algumas merendeiras de algumas escolas de Guarulhos, podem acabar limitando a composição e execução dos cardápios, além de oferecer riscos de contaminação das preparações preparadas (TEO et al., 2009).

As questões relacionadas à estrutura estão intimamente ligadas a administração do programa e as unidades escolares. A sua deficiência, associada a outros problemas como, por exemplo, o de abastecimento, compromete a qualidade do serviço e das relações entre os gestores e usuários, o que consequentemente gera reclamações quanto o desenvolvimento do cardápio proposto. Os profissionais, de algumas escolas do município, muitas vezes são pressionados pelo dever de cumprir um cardápio estabelecido em

condições inadequadas para sua viabilização (VIEIRA et al., 2008). Isso pode ser observado nos comentários das merendeiras:

“Aqui, por exemplo, só temos dois freezers... dois e uma geladaria pequena... quando chega outras coisas, tipo salsicha, não tem espaço para colocar as verduras, nós cozinhamos o espinafre, congelamos, para poder segurar mais tempo, para usar na outra semana...e quando tem duas, que vem do Ceasa, você tem que conferir a mercadoria e olhar porque às vezes eles entregam estragado... (M2b) tem esse problema, então tem que olhar tudo, verduras, salsinha (está amarela), mamão todo amassado...” (M1b)

Reconhecem a mudança positiva em relação à alimentação escolar operada no município, mas indicam que ainda muitas mudanças estruturais precisam ser realizadas para continuar o processo de oferta de uma alimentação adequada para os escolares de Guarulhos.

“Deixa-me fazer uma observação? De duas gestões para cá, teve uma revolução na parte educacional, principalmente a merenda escolar. Para melhor! Dos dezoito anos que eu tenho de merenda está excelente! Só que está faltando estrutura para se trabalhar, Guarulhos tem muitas escolas novas, estão lindas... eu trabalho numa escola em que a cozinha é pequena, eu tenho uma geladeira pequena, só que aos sábados eu vou para o Perseu, uma escola enorme, cheguei lá fiquei encantada com a cozinha: três freezers, duas geladeiras, um monte de bacia, então o que está precisando na rede é dar uma atenção melhor para as escolas antigas, porque com esse cardápio, com esse negócio de self-service, simplesmente não tem condições de se trabalhar, e tem dias que não tem nem estoque... tem que improvisar colocando em cima de armário, arrumar prateleira, se virar!” (M3a)

Essas observações, especialmente a última, expressa uma preocupação com a estrutura física oferecida para o armazenamento e preparo das refeições oferecidas às crianças através de práticas inovadores como o auto serviço.

Alimentação Escolar associada ao Alimento

O cardápio e os alimentos necessários para colocá-lo em prática de forma satisfatória, foi uma outra categoria identificada, e esse tema esteve muito presente nos comentários das merendeiras. Para esses profissionais o cardápio tem um significado importante, sentem-se satisfeitos ao observarem que as refeições oferecidas estão adequadas nutricionalmente e principalmente que estão sendo aceitas pelas crianças, um ponto positivo do novo sistema (auto serviço).

Percebeu-se uma preocupação com os alimentos oferecidos, para uma maior aceitação pelos alunos: *“Eles chegam no balcão e pergunta: Tia qual é o cardápio hoje? O que vai ter hoje de comida? Tia você não vai escrever pra nós na lousa o cardápio?”* (M2b) *“O que estou fazendo (refere-se à troca de uma das preparações do cardápio) é para o bem das crianças.”* (M4b)

“Essa coisa dos alimentos, é uma coisa que as crianças também percebem. Eles não querem, jogam fora. Na fase do arroz ruim, cada dia que passava a criançada queria menos arroz, aí fui diminuindo. Eles enchiam o prato de feijão e colocavam um pouquinho de arroz, por quê? O cheiro do arroz! A gente caprichava, mas não é a mesma coisa, o cheiro do arroz! Eles sentiam: Ai tia não quero esse arroz! Aí a gente enchia de feijão.” (M2b)

Frente a essa preocupação com a qualidade dos alimentos, as merendeiras mencionam alguns obstáculos que impedem o cumprimento satisfatório do cardápio planejado até a oferta dos alimentos. Além da insuficiência do espaço físico e equipamentos, já citados, referiram a deficiência no processo planejamento do cardápio e abastecimento dos gêneros.

A qualidade dos gêneros é um tema recorrente nos depoimentos, pois frequentemente recebem os alimentos em condições não adequadas para o consumo, o que prejudica as características naturais dos alimentos: *“Infelizmente tem que aceitar, tem que se virar, só se tiver estragado não recebemos...”* (M2a) *“Nos últimos quatro ou cinco meses a verdura não está de acordo, outro dia entregaram uma pêra totalmente verde, e congelada, aí quando esperamos amadurecer e servimos não tinha nem mais sabor, então ultimamente nada tem estado de acordo.”* (M3b) As inadequações na rotina do

abastecimento também foram apontadas em um estudo de SPINELLI e CANESQUI (2004), principalmente quanto os alimentos perecíveis como hortaliças e frutas.

Somada a essa observação, as merendeiras ressaltam também que os profissionais responsáveis pela elaboração do cardápio necessitam atentarem-se as características e qualidade dos alimentos: *“Não basta chegar lá e olhar o cardápio, tem que pensar o que vai estragar primeiro. Além disso, teve alimentos que nós tivemos que devolver porque não estava em condições (...) a marca do feijão horrível, tem coisas que não dá pra aceitar, isso é um problema sério (...), tem supervisora, qualquer pessoa que visse aquele feijão, não aceitaria.” (M3a)* Percebe-se que o processo de compra e abastecimento dos gêneros que compõem o cardápio da alimentação escolar ocorre por meio de licitações, assim as empresas fornecedoras apesar de oferecerem um custo atraente frequentemente não atendem às expectativas quanto à qualidade dos gêneros. Dessa forma, as merendeiras também devem estar aptas para avaliar os alimentos entregues e por vezes não aceitar se estiverem comprometidos. Nas falas surgem observações quanto à qualidade dos alimentos, como o feijão, as carnes e as verduras que chegam às escolas em condições comprometidas, as merendeiras supõem não haver supervisão adequada.

BEZERRA (2009) ao estudar as representações e práticas vinculadas à merenda em uma escola pública do ensino fundamental em Fortaleza constatou que decorrente das limitações principalmente de fundos, os principais critérios de definição sobre o que comprar, eram: os produtos de menor preço e nem sempre o de melhores características nutricionais, qualidade e mais aceitáveis pelas crianças.

A elaboração do cardápio é realizada pelas nutricionistas, porém observou-se freqüentes alterações realizadas pelas merendeiras. *“Ele é elaborado aqui, tem as nutricionistas, que todo mês elaboram um cardápio novo e manda pra gente, mas no rodapé dos cardápios existem milhares de alterações, porque se não tem algum gênero cabe à cozinheira modificar aquilo ali... tem alimentos como brócolis que estraga então tem que alterar no cardápio.”(M1a)* *“Vamos supor que a escarola está sendo substituída pela cenoura mas é na hora que você recebe que você vai saber o que será trocado para o cardápio da semana e é assim. Aí entra sua autonomia para modificar e eu vou falar uma coisa para vocês, o que está mais acontecendo por aí é modificação em cardápio mesmo*

porque ou você modifica ou você perde o produto.”(M3a) Percebe-se que a substituição, apesar de freqüente, não é do cardápio como um todo, mas de algumas preparações, geralmente necessárias devido a falta de algum gênero e principalmente pela qualidade dos alimentos recebidos para o preparo das refeições. *“De repente acabou o arroz, faz macarrão! E como a gente já tem todo material no estoque então se faltar alguma coisa a gente vai lá e faz outra coisa.” (M2a)* *“Mas se a gente sabe que uma salada vai estragar a gente troca, mas o cardápio não! Se a gente vai trocar é porque tem uma necessidade... não porque a gente quer, é pelo que dá para salvar, às vezes chega abobrinha, brócolis, alface, o que você vai pegar primeiro? O que estraga primeiro! É o brócolis... Já chegamos até ter que devolver, quando nós recebemos um fruta que está quase estragando nós mandamos de volta.” (M4a)* Essa possibilidade de adaptações e manejo do cardápio também foram observados em outras pesquisas (SPINELLI e CANESQUI, 2004; CARVALHO et al., 2008). Embora exista um planejamento central, de responsabilidade da administração municipal ou estadual, que nem sempre contam com um quadro de nutricionistas suficientes para atender tal demanda, é localmente que as decisões operacionais são tomadas (COSTA et al., 2001). Assim, a participação das merendeiras e demais profissionais que trabalham diariamente na escola é importante na escolha de preparações que compõem o cardápio, considerando a convivência diária com os alunos e consequentemente conhecimento dos seus hábitos alimentares. No entanto, o planejamento do cardápio é uma atividade inerente ao profissional de nutrição habilitado, o qual, segundo o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011), deve assumir responsabilidade técnica da alimentação escolar, a fim de garantir a adequação às necessidades nutricionais, às faixas etárias e ao perfil epidemiológico dos escolares (CARVALHO et al., 2008).

Para as merendeiras participantes da pesquisa, a alimentação escolar representa a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, compostas por gêneros alimentícios de qualidade e que tenham aceitabilidade por parte das crianças, faz parte da alimentação também oferecer condições ambientais adequadas para a sua preparação. O trabalho desenvolvido por elas detém grande parcela de ações operacionais, o que as fazem perceber a alimentação escolar como a realização de forma satisfatória dessas funções, verificou-se,

entretanto, a ausência do reconhecimento do seu potencial educativo no âmbito escolar, não estimulado e talvez não reconhecido também pelos gestores do serviço em Guarulhos.

No cuidado da criança a alimentação é um aspecto fundamental para a promoção de sua saúde. Além de atender às necessidades nutricionais, a alimentação envolve práticas sociais, abordadas por múltiplas perspectivas, compreendidas desde a seleção, o consumo, a preparação, a distribuição e a ingestão dos alimentos, além da formação dos comportamentos alimentares saudáveis (ROTENBERG e VARGAS, 2004). TORAL e SLATER (2007) afirmam que o comportamento alimentar é determinado por diversas influências, que incluem os aspectos nutricionais, econômicos, sociais, culturais, ambientais e psicológicos que cercam o indivíduo ou a coletividade. Desta forma, o ambiente escolar assume um papel protagonista na construção dos hábitos alimentares das crianças.

Neste contexto, pode-se afirmar que as merendeiras, além da importante atribuição que envolve todo o preparo e distribuição da alimentação, tornam-se atores principais também no processo de promoção dos hábitos alimentares adequados no cenário escolar. Ao desenvolverem suas atividades, estes profissionais conhecem cada criança, como estes se comportam no grupo no momento da alimentação, os alimentos que aceitam e rejeitam, como se portam à mesa, tendo a oportunidade de orientá-los, contribuindo para a construção de hábitos alimentares adequados, assegurando às merendeiras relevante potencial para a educação em nutrição (COSTA et al., 2002; TEO et al., 2010).

Aliado a função de ofertar de um cardápio variado e nutricionalmente equilibrado, a merendeira, que prepara e distribuiu a alimentação escolar, é um ator chave para utilização da alimentação escolar como espaço permanente de aprendizado (CARVALHO et al., 2008).

TEO et al (2010) em uma pesquisa com merendeiras de escolas estaduais, semelhantemente verificaram que as funções desses profissionais nessas instituições restringiam-se à rotina de produção das refeições, preocupando-se com o consumo dos alimentos, tornando a sua prática pouco educativa. Esse cenário também foi percebido em instituições de educação infantil. SILVA et al. (2010) ao investigarem as práticas dos agentes profissionais, responsáveis pelos cuidados diários das crianças, como cuidados de higiene, oferta da alimentação e promoção de atividades pedagógicas, constataram uma

significativa preocupação em oferecer a alimentação às crianças, porém o momento das refeições frequentemente não era vista como possibilidade de intervenção de educação nutricional.

Interessante ressaltar que, historicamente, o cargo da merendeira esteve há muito tempo atrelado à operacionalização do serviço de alimentação, com ênfase principalmente, aos aspectos nutricionais e de higiene das refeições, condizentes às características do programa que por um período privilegiou o atendimento aos aspectos biológico da alimentação, subestimando os outros aspectos sociais que envolvem o ato de alimentar-se, assim como as suas possibilidades pedagógicas. Porém atualmente, as novas diretrizes do Programa de Alimentação Escolar ao destacarem a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o reconhecimento da sua dimensão pedagógica, possibilitam maior visibilidade do desenvolvimento de atividades promotoras de saúde por meio das merendeiras. Isso significa entender o papel destes profissionais no coletivo escolar, redimensionado de modo a possibilitar a sua integração à equipe educativa nas atividades promotoras de saúde (COSTA et al., 2002). Contudo constatou-se que para o grupo, o reconhecimento das suas potencialidades para, além de preparar e distribuir uma alimentação adequada, a educação em nutrição no âmbito escolar ainda não foi incorporada.

Considerações Finais

A alimentação engloba várias dimensões. Além do próprio alimento, faz-se relevante atentar a um conjunto de fatores: ambiente que comemos (local, estrutura, entorno), as relações sociais estabelecidas (os atores envolvidos e a convivência entre eles), os equipamentos disponíveis (utensílios e materiais), a quantidade e qualidade dos alimentos que são produzidos, o que comemos e para que comemos (questões biológicas/fisiológicas, psicológicas e econômicas, ideologias, crenças, culturas).

De acordo com as merendeiras das escolas públicas do município de Guarulhos -SP, e ao encontro dos resultados de outras pesquisas, torna-se essencial considerar na alimentação escolar além dos aspectos nutricionais, os determinantes das práticas dos profissionais envolvidos nesse contexto, o comportamento alimentar das crianças e também o ambiente em que todo esse processo ocorre.

As percepções acerca da alimentação escolar para esses profissionais estão centradas em duas categorias: no alimento ofertado, a preocupação com o cardápio e qualidade dos gêneros que o compõem, e na estrutura disponibilizada para a preparação desses alimentos. Percebe a alimentação escolar como um “momento para comer” e atender as necessidades nutricionais, porém sem a concepção assistencialista a que é frequentemente associada, e como um conjunto de fatores que envolvem o alimento versus as condições ambientais (estrutura física e aspectos operacionais). Entende-se que essa concepção é fruto das funções exercidas no âmbito escolar, no seu entorno, focado nas atividades operacionais da alimentação, em produzir e distribuir refeições adequadas nutricionalmente e que satisfaça a criança quanto o paladar. Porém, apesar destes profissionais estarem fortemente associados às funções de preparar e distribuir as refeições, frente a incorporação das novas diretrizes do programa, sob o aspecto da educação, deve-se destacar seu potencial para atuação como um promotor de hábitos alimentares saudáveis, dada a sua proximidade das crianças no convívio escolar.

Verificou-se a potencialidade desses profissionais no contexto da alimentação escolar, uma vez que a entendem sob diferentes aspectos, que envolvem todo o processo de preparação dos alimentos até a preocupação em ofertar uma refeição que tenha aceitabilidade pelas crianças, além da clara preocupação com as condições do ambiente e estrutura física adequada para que a alimentação ocorra de forma adequada. Por outro lado, alguns fatores observados surgem como entraves para outras representações da alimentação escolar, como a inexploração da possibilidade de se assumirem também como promotores da educação nutricional, influenciadores na construção dos hábitos alimentares dos escolares.

É indiscutível que as merendeiras possuem um papel importante na alimentação oferecida às crianças nas escolas, visto que é uma dos atores chave neste processo, mas talvez possuem poucas oportunidades de interferir em algumas questões que percebem estarem inadequadas como o cardápio e qualidade dos gêneros que o compõem, assim como a estrutura disponibilizada para a preparação das refeições. A atuação desses profissionais, em Guarullhos como em outros locais, acaba se restringindo às ações operacionais, visto que outros atores e principalmente, as próprias merendeiras, não

percebem o espaço existente para ampliar a sua atuação e envolvimento na educação nutricional no âmbito escolar.

Referências

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1988. 225 p.

Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. Rev Brasileira de Educação. 2009; 14(40): 103-115.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Portaria Interministerial nº 1010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: MEC; 2006. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências. Brasília: MEC; 2009. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>.

Carlini-Cotrim B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. Rev Saúde Pública. 1996; 30(3): 285-293.

Carvalho AT, Muniz VM, Gomes JF, Samico I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB. Brasil: as merendeiras em foco. Interface Comunicação Saúde Educação. 2008; 12(27): 823-34.

Costa EQ, Lima ES, Ribeiro VMB. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias - Rio de Janeiro (1956-94). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2002; 9(3): 535-60.

Costa EQ, Ribeiro VMB, Ribeiro ECO. Programa de Alimentação Escolar: Espaço de Aprendizagem e Produção de Conhecimento. *Rev Nutr*. 2001; 14(3): 225-229.

Diez-Garcia RW. Mudanças Alimentares: implicações práticas, teóricas e metodológicas. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. *Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.3-17.

Garcia RWD. Representações sociais da Alimentação e Saúde e suas repercussões no comportamento alimentar. *Physis: Rev Saúde Coletiva*. 1997; 7(2): 51-68.

Iervolino AS, Pelicioni MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Rev Esc Enf USP*. 2001; 35(2): 115-21.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades @. Guarulhos – SP. IBGE; 2006. [acesso em 26 jan 2008]. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadessat/>

Martins RCB, Medeiros MAT, Ragonha GM, Olbi JH, Segatti MEP, Osele MR. Aceitabilidade da Alimentação Escolar no Ensino Público Fundamental. *Rev Saúde – Piracicaba*. 2004; 6(13): 71-78.

Mascarenhas JMO, Santos JC. Avaliação da composição nutricional e custos da alimentação escolar da rede municipal de Conceição do Jacuípe/BA. *Sitientibus -Feira de Santana*. 2006; 35: 75-90.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec; 2004. 269 p.

Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Brasília: MEC; 2011. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

Munari DB, Esperidião E, Medeiros M, Garcia CM. Considerações teóricas e técnicas da utilização do grupo na investigação científica. *Rev Enferm UERJ*. 2008; 16(1): 113-118.

Nogueira-Martins MCF, Bógus CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde Soc*. 2004; 13(3): 44-57.

Quaioti TCB, Almeida SS. Determinantes psicobiológicos do comportamento alimentar: uma ênfase em fatores ambientais que contribuem para a obesidade. *Psicologia USP*. 2006; 17(4): 193-211.

Rotenberg S, Vargas SD. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. *Rev Bras Saúde Matern Infant*. 2004; 4(1): 85-94.

Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS, Santos LS. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cad Saúde Pública*. 2007; 23(11): 2681-2693.

Silva ACA, Telarolli Junior R, Monteiro MI. Analisando conhecimentos e práticas de agentes educacionais e professoras relacionadas à alimentação infantil. *Cienc Educação*. 2010; 16(1): 199-214.

Spinelli MAS, Canesqui AM. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. *Rev Nutr*. 2004; 17(2): 151-165.

Teo CRPA, Corrêa EM, Gallina LS, Fransozi C. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. *Nutrire: Rev Soc Bras Alim Nutr*. 2009; 34(3): 165-185.

Téo CRPA, Sabedot FRB, Schafer E. Merendeiras como agentes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. *Rev Espaço para Saúde*. 2010; 11(2): 11-20.

Toral N, Slater B. Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar. *Cien Saúde Coletiva*. 2007; 12(6): 1641-1650.

Valeriani TSM. A gestão escolarizada do Programa Escolar do Estado do Goiás [dissertação de mestrado]. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo; 2011.

Vieira MNM, Ferriani MGC, Gomes R, Santos GVB, Marchi EMM. Gestão de um Programa de Alimentação Escolar em um Município Paulista. *Rev Segurança Alimentar e Nutricional*. 2008; 15(1): 29-48.

Westphal MF, Bógus CM, Faria MM. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. *Bol Oficina Sanit Panam*. 1996; 120(6): 472-482.

4.3 MANUSCRITO 3:

Alimentação Escolar: percepções dos profissionais do núcleo pedagógico e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, SP.

School Feeding: perceptions of the professionals from the pedagogical core and technical team from the Municipal Secretariat of Education in Guarulhos, SP.

RESUMO

Objetivo: Identificar as percepções dos profissionais do núcleo pedagógico e da equipe técnica, da Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, São Paulo, acerca da alimentação escolar. **Método:** O estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa foi desenvolvido a partir de dados obtidos de 9 profissionais do núcleo pedagógico e de 4 da equipe técnica. Para coleta dos dados optou-se pela técnica do grupo focal e entrevista em grupo, respectivamente. Todo o material foi gravado, transcrito e submetido à análise de conteúdo. **Resultados e Discussão:** Observou-se que a alimentação escolar focada no âmbito do *alimento* esteve representada nos dois grupos, no núcleo pedagógico relacionado ao ato de comer para saciar a fome, numa concepção assistencialista, enquanto para equipe técnica apareceu associada à composição do cardápio. Outros dois aspectos contemplados em ambos os grupos foi o entendimento da alimentação escolar como um *socializador* dos sujeitos envolvidos no processo e como um possível *instrumento pedagógico* nas escolas. Contudo, a alimentação escolar entendida no contexto da *Segurança Alimentar Nutricional*; sob os *aspectos culturais e afetivos*; e relacionada ao *ambiente* no que diz respeito à estrutura física e operacional, para produção das refeições, foram percebidas somente pelos profissionais da equipe técnica. **Considerações Finais:** As percepções relacionaram-se às atribuições e funções desempenhadas por cada um dos grupos de profissionais que exerciam funções diferentes no ambiente escolar. Algumas questões identificadas deixaram claras as potencialidades que o programa tem para atender os objetivos propostos, no entanto, outras podem estar sendo entraves para o desenvolvimento do programa de alimentação escolar, como um programa de segurança alimentar e nutricional.

Descritores: Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Nutricionistas, Pesquisa Qualitativa, Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação.

ABSTRACT

Objective: Identify the perceptions of the professionals from the pedagogical core and technical team from the Municipal Secretariat of Education in Guarulhos, São Paulo, about school meals. **Method:** The study of descriptive type with a qualitative approach was developed from data obtained from 9 professionals from the pedagogical core and 4 from the technical team. For data collection it was opted to use the focal group technique and group interview, respectively. All the material was recorded, transcribed and submitted to content analysis. **Results and Discussion:** It was observed that school feeding focused in the scope of the *food* was represented in both groups, in the pedagogical core related to the act of eating to satiate hunger, in a welfare conception, while to the technical team it appeared associated to the menu composition. Another two aspects contemplated in both groups was the understanding of school feeding as a *socializer* of the subjects involved in the process and as a possible *pedagogical instrument* in the schools. However, school feeding understood in the context of the *Nutritional Food Security*; under the *cultural and affective aspects*; and related to the *environment* in regards to the physical and operational structure, for production of the meals, were perceived only by the technical team's professionals. **Final Considerations:** The perceptions were related to the attributions and functions performed by each one of the groups of professionals that exercised different functions in the school environment. Some matters identified left it clear what potentialities that the program had to fulfill the proposed objectives, however, others may be being barriers for the development of the school feeding program, such as a food and nutritional security program.

Descriptors: School Feeding. Nutritional and Food Education, Nutritionists, Qualitative Survey, Food and Nutrition Policies and Programs.

Introdução

Há pelo menos meio século, a alimentação na escola vem sendo norteada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo objetivo é atender parcialmente as necessidades nutricionais contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Desde a sua criação o PNAE adotou diferentes denominações e modalidades de gestão. A partir de 1994 começou a ser operacionalizado de forma descentralizada, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (STURION et al., 2005). Esse modelo de gestão ao possibilitar a autonomia financeira, viabilizou o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população, permitiu maior variação do tipo de refeições servidas diariamente aos alunos, racionalizou a logística e o custo de distribuição dos gêneros, diversificou as fontes de abastecimento do programa, promoveu maior proximidade entre os gestores e a clientela do programa e proporcionou o surgimento de propostas de incorporação do programa às atividades pedagógicas da escola (SANTOS et. al., 2007; BELIK e CHAIM, 2009).

Várias pesquisas se propuseram avaliar o programa quanto o seu caráter de suplementação alimentar, porém outras avançam no sentido de estudá-lo como promotor de hábitos alimentares saudáveis no âmbito escolar. Ainda que a garantia de acesso ao alimento seja o grande foco do programa, cresce cada vez mais a importância destinada à sua função educativa (CANINÉ e RIBEIRO, 2007). A alimentação escolar vem se consolidando como um instrumento pedagógico, como um espaço propício para o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde, produção de conhecimentos e de aprendizagem na escola (COSTA et al., 2001). Alimentar-se vai além de uma questão fisiológica, de necessidade de nutrientes, a partir dela constroem-se costumes e se lam relações entre o indivíduo e a sociedade, assumindo significados e dando sentido às ações cotidianas (CARVALHO et al., 2011). É nesse contexto que a Portaria Interministerial 1010/2006 instituiu diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, favorecendo o

desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar (BRASIL, 2006).

A alimentação na escola pode criar um ambiente favorável à aprendizagem enquanto um processo social e permanente, para que todos aqueles que exercem suas atividades no cenário escolar possam conduzir a alimentação em busca de uma vida mais saudável, cientes dos condicionantes de suas práticas alimentares (COSTA et al., 2001). Assim, destaca-se a relevância das relações entre os gestores locais, nutricionistas e os gestores das escolas, que podem reforçar as ações do programa, atribuindo maior envolvimento entre o trabalho pedagógico das escolas e a alimentação escolar, bem como conferindo maior efetividade e abrangência às atividades de educação nutricional na escola (IULIANO et al., 2009).

A alimentação escolar está inserida em uma rede de relações que envolvem os diferentes atores escolares. O principal desafio é o estabelecimento de uma rede de apoio local que sustente e permita que o programa seja gerido de forma eficiente (BELIK e CHAIM, 2009). VIEIRA et al. (2008) afirmam que mesmo conhecendo a necessidade de aprimorar as legislações e diretrizes existentes, certamente o trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas constitui-se como importante alicerce para a renovação do programa de alimentação escolar, com vistas à gestão de qualidade.

Nesse sentido, observou-se que com o processo de descentralização, os municípios incorporaram ainda mais responsabilidades, juntamente com suas equipes, de gerenciar o programa. Pressupondo que os profissionais que compõem as equipes estratégicas atuem como importantes facilitadores no andamento do programa acredita-se que as percepções e entendimentos desses sujeitos, construídas a partir de seus conhecimentos e vivências, deveriam ser o objeto deste estudo, a fim de identificar os limites e oportunidades da qualificação do programa na localidade pesquisada.

O estudo buscou identificar as percepções dos profissionais do núcleo pedagógico e da equipe técnica, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, SP, acerca da alimentação escolar.

Método

O estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa foi desenvolvido no município de Guarulhos nos anos de 2007 e 2008.

Localizado na Região Metropolitana de São Paulo, Guarulhos contava com 1.236.192 habitantes no censo populacional de 2006 em sua área urbana e com 40.715 estudantes matriculados nas escolas municipais de educação fundamental, caracterizando-se como um grande centro urbano (IBGE, 2006).

O público de interesse do estudo foram os profissionais que constituíam um dos núcleos do Departamento de Orientação Educacional e Pedagógica (DOEP) e o Departamento de Alimentação e Suprimentos da Educação (DASE), dois Departamentos dentre o sete que compõem a Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, SP.

A DOEP é a equipe responsável pela orientação e supervisão dos projetos pedagógicos dos professores e gestores escolares (coordenadores e diretores), e divide-se por núcleos: de Educação Infantil, de Educação Fundamental, de Educação Inclusiva e de Educação de Jovens e Adultos. Foram convidados a participar da pesquisa os 9 profissionais, com formação em pedagogia, pertencentes ao núcleo de Educação Fundamental, denominado ao longo deste manuscrito “núcleo pedagógico”. Enquanto o DASE, denominada “equipe técnica”, grupo responsável pela gestão da alimentação escolar do município, era composto por 3 nutricionistas e 1 técnica em nutrição. Ambos grupos, no período da pesquisa tinham sob sua administração 63 escolas do Ensino Fundamental, público alvo do estudo.

Para a coleta de dados, com os profissionais do núcleo pedagógico adotou-se a técnica do grupo focal, enquanto com a equipe técnica, devido o número de participantes, utilizou-se a entrevista em grupo. Os grupos focais são constituídos por cerca de 6 a 15 integrantes (WESTPHAL et al., 1996), enquanto a entrevista em grupo é possível ser composta por um número menor de participantes.

O grupo focal é uma técnica que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões grupais em que as pessoas que compartilham um traço comum discutem aspectos de um tema específico (WESTPHAL et al., 1996). Trata-se de uma discussão focada em tópicos, numa interação entre os participantes e o pesquisador

(CARLINI-COTRIM, 1996; IERVOLINO e PELICIONI, 2001). É bastante adequada para identificação de conceitos, crenças, percepções, expectativas, motivações e necessidades de um grupo (NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004). Partindo do pressuposto que as percepções são socialmente construídas, a técnica torna-se interessante por oferecer possibilidades para se pensar coletivamente uma temática que faz parte da vida das pessoas que estão reunidas (WESTPHAL et al., 1996).

O grupo focal pode ser considerado como uma entrevista em grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e resposta dos participantes (CARLINI-COTRIM, 1996). Nesse estudo, na entrevista em grupo da equipe técnica, a condução da coleta de dados apoiou-se na interação entre seus participantes focados em tópicos que foram fornecidos pelo mediador, não restringindo a dinâmica à alternância rigorosa entre perguntas e respostas, desta forma, diferenciando-a do grupo focal apenas pelo número de participantes.

As aplicações da técnica foram realizadas por equipes experientes na condução, respeitando todos os requisitos operacionais necessários (NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004; MUNARI et al., 2008). O espaço utilizado foi da própria Secretaria do município, conduzidos por um moderador com auxílio de um observador, a partir de um roteiro, em que as questões norteadoras estavam associadas ao entendimento das equipes quanto à alimentação escolar.

Os dados coletados por serem de natureza qualitativa implicam em um conjunto de procedimentos que visam a organizar os dados de modo que eles revelem como os grupos em questão percebem e se relacionam com o tema do estudo (CARLINI-COTRIM, 1996). Assim, as falas foram gravadas e transcritas, posteriormente este material foi submetido à análise de conteúdo (BARDIN, 1988), que descreve de forma objetiva e sistemática o conteúdo expresso em depoimentos, com finalidade interpretativa dos mesmos.

Operacionalmente desdobrou-se o material em três etapas: 1) pré-análise (leitura flutuante do material), 2) exploração do material (codificação, a partir das unidades de registro e de contexto identificadas, partiu-se para a construção das categorias temáticas) e 3) tratamento dos resultados e interpretação. Os trechos significativos dos discursos foram

classificados em categorias temáticas e interpretados de acordo com o referencial teórico sobre o tema (BARDIN, 1988; MINAYO, 2004).

Visando o anonimato dos participantes, na apresentação dos resultados criou-se uma identificação. Assim, as falas dos profissionais do núcleo pedagógico são identificadas inicialmente com as letras “NE” e as dos profissionais da equipe técnica com “ET”, seguido por um número de acordo com a quantidade de sujeitos em cada grupo.

No desenvolvimento desta pesquisa consideraram-se os princípios éticos fundamentais que norteiam estudos envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução CNS 196/96. O projeto da presente pesquisa foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. E os sujeitos da pesquisa, manifestaram sua anuência à participação na pesquisa mediante consentimento livre e esclarecido.

Resultados e Discussão

Do núcleo pedagógico, participaram do estudo os 9 profissionais convidados para o grupo focal, cuja duração foi cerca de 1:30 horas. A equipe técnica contou com os 4 componentes convidados, em uma entrevista em grupo de aproximadamente de 2 horas.

Percepções dos profissionais do Núcleo Pedagógico

O material obtido permitiu a identificação de três categorias referentes às percepções sobre a alimentação escolar. Uma delas centrada no *alimento*, no alimentar para saciar a fome, numa concepção assistencialista, entendiam que a alimentação escolar nutria as crianças, que por vezes dependiam dessas refeições. A outra estava relacionada ao *processo de aprendizagem*, percebiam a alimentação escolar como uma possibilidade de atividade pedagógica. E a terceira, compreendeu o aspecto da *socialização*, em que a alimentação representava confraternizar, proporcionar o convívio entre os escolares.

Alimentação Escolar associada ao Alimento

Esta categoria relacionava-se a questão do *alimento*, do alimentar com finalidade de saciar a fome. Os profissionais do núcleo pedagógico, compartilharam esta visão sobre o significado da alimentação para as crianças de Guarulhos:

“Ela (a criança) olha para aquilo como a refeição do seu dia e que a escola fez isso para ela, temos que levar em consideração que a alimentação escolar é uma das refeições para uns, para outros é “a refeição”. Então isso a gente tem que levar bastante em consideração. Existe uma crítica muito grande na rede com relação à merenda, ou alimentação escolar, muitos professores falam que tem muito tempo para comer ou é muita comida que se dá na escola. Mas não pensa que na casa não tem e esquece-se de ver que aquela criança tem a única alimentação daquele dia.” (NP1)

“A criança já vem para a escola sem o café da manhã porque o pai ou a mãe já esperam que isso aconteça na escola. Antes a gente contava o número de alunos, faltaram dois e aquele ali que a gente sabe que tem uma necessidade mesmo, repetia, de forma contemplar aquele que realmente não tinha em casa para comer. Então a forma que é oferecida e os critérios que são postos (na alimentação escolar) precisam ser muito bem pensados.” (NP2)

Para o grupo essa concepção pode estar orientando o programa de alimentação do município. Desde anos a alimentação na escola tem sido uma questão controvertida, o núcleo pedagógico parece acreditar também que esta é uma necessidade básica para que o aprendizado ocorra (COLLARES, 1985; BEZERRA, 2009).

Verificou-se nos discursos que os profissionais do núcleo pedagógico valorizaram a função nutritiva do alimento, de atender as necessidades nutricionais das crianças, como influenciador na aprendizagem das crianças.

“Eu acho que o alimento é a coisa mais sagrada que tem hoje em dia porque o resto do mundo passa fome (...) Penso no aluno que às vezes não tem, tem dificuldade para aprender porque não come, então isso reflete diretamente no aprendizado. Então eu vou passar por um programa de alimentação escolar, estruturar isso e isso tem que ter uma diretriz, nós mesmos entendemos esse processo (do programa de alimentação escolar) para poder conversar, tem professor que entende e têm outros que não...” (NP1)

Nessa direção, ASSAO (2007) em uma pesquisa, também constatou que sob o ponto de vista dos educadores de escolas de um município de São Paulo, a alimentação na escola era objeto de vários tipos de percepções, porém, a maioria com finalidade de atender as demandas nutricionais e preferência alimentar das crianças, omitindo outras dimensões que englobam a alimentação escolar.

De acordo com CARVALHO et al. (2011) a perspectiva “nutricional” do alimento frequentemente é associada a uma concepção de corpo orgânico funcional. Porém, essas concepções de comer, alimentar e nutrir, cada vez mais são questionadas em estudos realizados por antropólogos, sociólogos, entre outros estudiosos, que passaram a analisar e identificar a alimentação, o ato de comer, como um aspecto cultural e social, ampliando o sentido biológico do termo, de nutrir-se para a sobrevivência ou crescimento físico dos indivíduos (ZUIN e ZUIN, 2009).

Talvez seja possível supor que o entendimento e até a expectativa do grupo com relação a alimentação na escola, reflete o histórico dessas instituições como um serviço filantrópico, em que a alimentação escolar ou a “merenda escolar” representa uma das principais refeições das crianças, visto a situação de vulnerabilidade social em que a maioria delas e suas famílias se encontram.

BEZERRA (2009) em um estudo sobre representações e práticas vinculadas à merenda escolar no contexto da escola pública do ensino fundamental, também observou que a aproximação dos significados da merenda não acontecia sem referência à problemática da fome. Semelhante ao que foi observado nessa pesquisa, os conceitos acerca da merenda escolar elaborados pelos gestores, professores e merendeiras estudadas por BEZERRA (2009), tinham como ponto de partida a internalização de uma concepção sobre os alunos que freqüentavam a escola: carentes, famintos e necessitados. Essa internalização, baseada na realidade desses sujeitos e orientando as representações sociais desses atores sobre a merenda escolar, direcionavam as práticas, tanto aquelas relacionadas ao comer na escola como as que diziam respeito à organização do trabalho pedagógico.

Para o núcleo pedagógico a alimentação escolar se manifestou com o objetivo assistencialista, filantrópico. CUNHA et al. (2010) em uma pesquisa cujo intuito era diagnosticar ações de saúde e nutrição com base na alimentação orgânica em uma unidade

escolar em Florianópolis, SC, verificaram que os profissionais da gerência da alimentação escolar, semelhantemente apontaram que o programa ainda assumia aspecto assistencial, o que ainda é uma realidade das políticas e programas vigentes devido principalmente às desigualdades sociais e econômicas do país.

Alimentação Escolar associada ao Processo de Ensino

Nesta mesma pesquisa, CUNHA et al. (2010), além da questão nutricional, ressaltaram a importância do envolvimento da alimentação escolar com o processo de ensino aprendizagem, que permeia os aspectos sociais na escola. Esse contexto trata de outra categoria que representou a alimentação escolar para o núcleo pedagógico, associada ao *processo de aprendizagem*, como possível atividade pedagógica.

A comparação da qualidade da alimentação que era oferecida anteriormente e a atual, foi uma mudança percebida na escola. Entendiam essa mudança como positiva, somada a existência de um programa de alimentação escolar que abarcava as merendeiras com o preparo da refeição e, o professor com a parte pedagógica. Desse modo, o PNAE pode ser considerado um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que as crianças necessitam diariamente, mas também por seu aspecto educativo, inerente à relação entre os atores que participam do processo de planejamento, preparo e distribuição da merenda escolar (COSTA et al., 2001).

“Antigamente a merenda era um mingau e aquelas bolachinhas, um lanchinho (NP1). Eu lembro que havia uma sopa de soja escura horrorosa com arroz (NP2). Vinha pronta em um saquinho, agora é in natura, e tinham enlatados. Hoje é diferente tem um programa, com a merendeira preparando, tem o ensino pedagógico com o professor.” (NP3)

Entretanto, uma informação faz-se relevante destacar. IULIANO et al. (2009) entrevistaram diretores e coordenadores dessas escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos, supervisionados pelos profissionais do núcleo pedagógico, público alvo desta pesquisa. O estudo verificou que a alimentação escolar foi pouco reconhecida como atividade pedagógica integrada ao currículo escolar.

Essas informações coincidem com a outra categoria identificada no conteúdo dos discursos obtidos nesta pesquisa destes mesmos profissionais do núcleo pedagógico. Frequentemente citavam a falta de consciência dos professores quanto à importância de entender a “alimentação escolar como atividade pedagógica”. As frases a seguir dos participantes dos grupos focais, demonstram isto:

“Mas tem professores que acham que se perde muito tempo com a alimentação, não entendem isso que a gente está preparando, esperamos que aproveitem esse momento dentro de um projeto alimentar e que ele vai aprender, mas não, acha que é perda de tempo.” (NP3)

“Tem professor dizendo que são quatro horas de aula, na verdade são duas e meia, porque são dois momentos de refeição e até eles chegarem na sala... Tem essa concepção que a aprendizagem se dá somente em sala de aula, com o quadro, exatamente isso. Que a alimentação não é um processo de atividade/aprendizagem, e ainda fala que isso atrapalha a aula.” (NP1)

Assim como na pesquisa de CUNHA et al. (2010), por vezes a alimentação escolar, como uma política educacional, estava presente nas preocupações e nos discursos daqueles que se dedicavam a estudar as condições da escolaridade, mas não ocupava papel relevante na preocupação dos educadores em geral, sujeitos diretamente envolvidos no processo. Nessa direção, TEO et al. (2009), ressaltam a necessidade da resignificação da alimentação escolar como prática pedagógica na escola, retirando-a da invisibilidade a que tem sido relegada na condição de serviço de apoio e situando-a como uma importante atividade a ser trabalhada no processo de formação humana dos sujeitos envolvidos.

Alimentação Escolar associada à Socialização

Outra categoria que surgiu nos discursos dos profissionais do grupo foi a “alimentação com papel *socializador*” das relações no ambiente escolar. A alimentação na escola concebida como um momento de prazer, onde ocorrem as relações sociais.

“É parar e olhar a alimentação como um processo do dia e que faz parte da constituição até da criança, da formação humana, e tudo isso é diferente. A escola começa

a ser também um espaço em que a criança é sempre socializadora, aquele espaço de sentar juntos, comer juntos, todo mundo junto, aquele espaço que as pessoas conversam, confraternizam. Então olhar para isso, eu acho que é interessante porque faz com que repense a alimentação escolar.” (NP1)

Nesse contexto, ZUIN e ZUIN (2009) afirmam que além da função biológica e fisiológica da alimentação, ela é reconhecida pela importante função social. Os homens desde os tempos remotos, se organizam coletivamente para o importante momento cultural e social das refeições. ALVES e BOOG (2007) ainda ressaltam que, essa socialização na alimentação ocorre indiferentemente em todos os grupos etários, o fato de estarem acompanhados durante as refeições, de comerem juntos, influenciam positivamente na alimentação e sociabilidade das pessoas.

“Tem que ter o aspecto do prazer, de encontrar com os colegas, (...) acho que é isso, porque para mim, o momento da alimentação é um momento de prazer mesmo né? Muita coisa se passa, como a comida é colocada no prato, quando vai conversar ali com aquela criança, na hora que está se alimentando, as questões de hábitos sociais.” (NP2)

A alimentação é um momento de prazer, além da presença do alimento, representa um encontro com os colegas. SANTOS e CHAVES (2010), ratificaram essa observação, em um estudo com crianças de 9 a 11 anos de escolas públicas e particulares investigando se elas reconheciam alguns dos seus direitos, percebeu que além do direito de estudar e de se alimentarem na escola, admitiam o espaço como lugar de brincadeira e de convivência.

Percepções dos profissionais da Equipe Técnica

Os dados coletados por meio da entrevista grupal com a equipe técnica evidenciaram cinco categorias. A concepção da alimentação escolar associada ao *alimento*, importância de oferecer alimentos adequados por meio de um cardápio que contemple os critérios de uma alimentação saudável. Um segundo aspecto importante se referiu a questão administrativa da alimentação escolar - os profissionais da equipe técnica identificaram a necessidade de investimentos, de disponibilidade operacional referente à *estrutura e equipamentos*, a fim de possibilitar o preparo de uma refeição de qualidade às crianças. Para o grupo, a alimentação escolar também foi entendida no contexto da Segurança

Alimentar e Nutricional (SAN), como um *direito humano de todos*. Às questões *culturais, sociais e afetivas*, foram representadas pela equipe como dimensões que também estão diretamente ligadas à alimentação. Assim como uma categoria relacionada à questão da *educação nutricional*, a alimentação escolar foi considerada como uma atividade pedagógica integrada ao currículo escolar.

Alimentação Escolar associada ao Alimento

A concepção da alimentação escolar associada ao alimento aparece no contexto do *cardápio*. Observou-se a preocupação que este contemplasse, em suas percepções, os alimentos adequados, e que atendesse às expectativas quanto o visual (cor) e consistência.

“A alimentação escolar fornece para criança uma alimentação adequada (...), oferecemos alimentos saudáveis na hora da merenda (ET3). Mas quando montamos o cardápio pensamos também no colorido, para tentar estimular os sentidos, porque você olha um prato bonito dá vontade de comer mesmo! Não é só comer, tem todos os aspectos que a gente pensa, você olha o cardápio e você fala: “Nossa, mas está muito vermelho, então vamos trocar” ou “A textura não está muito igual, está tudo muito cremosos hoje!” (ET1)

Antes o cardápio ofertado nas escolas era composto por alimentos pré-elaborados, consequentemente com presença marcante de produtos industrializados, possivelmente devido ao sistema centralizado de compras e distribuição dos gêneros e produtos alimentícios dos cardápios às escolas, e a insuficiência de equipamentos para a produção de refeições mais elaboradas. Atualmente em razão da mudança para o sistema descentralizado, desde 1994, e assim como aos recursos disponibilizados pelo município, esses profissionais mencionaram a melhora na alimentação, que reflete diretamente na qualidade do cardápio.

A descentralização do programa de alimentação escolar permitiu uma maior regularização no fornecimento das refeições, assim como possibilitou o atendimento aos hábitos alimentares dos estudantes, incentivou a economia local e regional, diminuiu os custos operacionais e estimulou a participação da comunidade (SPINELLI e CANESQUI, 2004; MUNIZ e CARVALHO, 2007; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

“Evitamos os produtos que no passado tínhamos muito. (ET3) Antes no cardápio a gente trabalhava muito com alimento enlatado, industrializado, sabe aquela coisa do pó pronto? Põe água e está pronto? Era muito isso, essa era a característica da merenda. De uns tempos para cá, teve uma mudança na qualidade nutricional de uns 100%, porque era produto industrializado e começou a ser tudo in natura. Colocamos frutas, verduras, alimentos in natura (...) É importante ter todos os alimentos no cardápio.” (ET1)

É interessante observar a importância atribuída à composição do cardápio, visto que estes profissionais são os responsáveis técnicos pelo programa, cabendo a eles planejar, elaborar, acompanhar e avaliar a alimentação escolar (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010).

“Uma coisa que é importante é que a legislação está dando respaldo para a gente fazer um monte de mudança, tem que ter responsável técnico na merenda, o governo federal exige, tem que ter nutricionista, agora é lei.” (ET3)

A lei 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica preconiza a utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as preferências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2009). Torna-se indispensável que as escolas forneçam por meio da alimentação escolar um cardápio capaz de atender às necessidades nutricionais contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Alimentação Escolar associada ao Ambiente

Outra categoria identificada estava relacionada aos aspectos do ambiente, como a infra-estrutura física e operacional (*equipamentos*). A ausência de investimentos nessa área pode repercutir em dificuldades no desenvolvimento do trabalho e consequentemente na qualidade da alimentação escolar.

Os profissionais enfatizaram que na alimentação escolar, para o preparo das refeições, além da presença dos alimentos é imprescindível a disponibilidade desses itens. Assim como comentado por TEO et al. (2009), as condições precárias dos ambientes de preparo das refeições podem acabar limitando a composição e execução dos cardápios, além de oferecer riscos de contaminação das preparações produzidas.

“Uma facilidade que temos nas escolas é a questão de a gente ter equipamento na escola. Não é só investir no alimento, porque você precisa de todos os equipamentos e de toda uma estrutura para conseguir trabalhar. Então a gente tem que pensar assim, primeiro o que tem de equipamento na escola, na cozinha. Pois não adianta, por exemplo, na segunda feira a gente querer colocar uma carne que estava congelada, então nesse dia vamos partir para salsicha, carne moída. Então agora já está pensando em segurança microbiológica. Um termômetro em cada escola, gel sanitizante para as cozinheiras. São coisas que talvez outras prefeituras ainda não tem...” (ET1)

Cabe ainda ressaltar que outras pesquisas demonstraram a essencialidade destacada pelo grupo, de investimentos, disponibilidade de espaços físicos e equipamentos adequados para o sucesso da execução dos cardápios planejados que, por vezes, não fazem parte da realidade de muitos outros municípios (MARTINS et. al., 2004; MASCARENHAS e SANTOS 2006; SANTOS et al., 2007).

“O que faz a diferença é o investimento do recurso municipal, porque tem municípios que está sobrevivendo só com o que o governo federal manda. O governo federal passa vinte e dois centavos por dia por criança, um investimento muito pequeno. O investimento restante é todo da prefeitura, aí você consegue realmente ter e produzir uma merenda de qualidade.” (ET1)

Alimentação Escolar associada ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional

Além da perspectiva da oferta de um cardápio equilibrado e disponibilidade de estrutura adequada para a produção das refeições, outro tema relevante foi o da alimentação vista como um *direito humano*, previsto pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

“Antes a merenda escolar era vista para encher a barriga de quem está na rua da amargura, que está com fome, e hoje não. É uma mudança de conceito, primeiro que não é merenda, é alimentação. Segundo que é direito de todos. Tanto faz ter ou não ter, eu vou entrar na fila como todo mundo, basta desejar que eu tenho esse direito a alimentação.” (ET2)

Notou-se nas falas o destaque de que não se tratava de uma “merenda”, composta por alimentos pré-processados, um “lanche”, mas sim de uma “alimentação” de qualidade. Além disso, reconhecem a alimentação escolar como inserida no contexto da SAN, como um direito humano, que deve atender o princípio da universalidade, no sentido de garantir, aos alunos, no período em que permanecerem na escola, acesso a uma alimentação equilibrada (CANINÉ e RIBEIRO, 2007). Como prevê a lei 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado garantir o acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos, assim como aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009). É relevante observar, que o grupo que atua na supervisão técnica da alimentação escolar mostrou-se consciente da dimensão política e social do programa.

“A legislação mudou também a favor disso, coloca como uma garantia de todos os alunos matriculados, então isso já garante para todo mundo, cem por cento, você não exclui ninguém no atendimento.” (ET1)

A alimentação escolar, além de garantir o direito de acesso aos alimentos, precisa estar adequada a fim de atender as necessidades das crianças. Verificou-se que para a equipe técnica a alimentação escolar ganha importância no contexto amplo da SAN.

“... mas Segurança Alimentar e Nutricional, não é só garantir que a criança tenha um prato de comida, mas também que o alimento seja seguro microbioticamente, que tenha a quantidade de nutrientes que a criança precisa, e qualidade, realmente uma alimentação adequada em todos os aspectos. A merenda escolar tem um papel muito importante porque consegue trazer a segurança alimentar e nutricional e consegue promover a saúde.” (ET1)

Esse conceito formulado por um dos entrevistados está muito próximo ao oficial, do governo Federal sobre SAN. Segundo os documentos do Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate a Fome, trata-se do direito à alimentação, que deve ser saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e ser servida de modo permanente, baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando particularidades e características culturais de cada região (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2006).

Alimentação Escolar associada às questões Culturais, Sociais e Afetivas

A questão *cultural, social e afetiva* foram outras dimensões envolvidas nas percepções acerca da alimentação na escola, identificadas nos discursos da equipe técnica.

“O papel da alimentação escolar passa pela nutrição em si, pela questão cultural, de socialização e aspectos emocionais.” (ET2). “Não é só suprir as necessidades nutricionais, acho que a gente aqui é muito assim desse lema, gente não quer só encher a barriga.” (ET3) “Oferecer um prato de comida é muito fácil, mas por trás disso você passa um monte de coisas... e isso que faz a diferença.” (ET1)

O alimento não é ingerido apenas por razões nutricionais, apesar de suprir as necessidades vitais e biológicas fundamentais que garantem a sobrevivência dos seres humanos, mas inclusive por razões culturais, sociais e afetivas, que necessitam serem consideradas na alimentação escolar. São bastante complexos os condicionantes que interferem na alimentação, combinam uma multiplicidade de fatores e a interdependência entre o homem biológico, o homem social e o cultural (CANESQUI, 2007).

Nessa perspectiva, CANINÉ e RIBEIRO (2007) afirmam que o ato de comer está repleto de significados que transcendem o fato de satisfazer a fome e as necessidades nutricionais, é necessário compreender que as escolhas alimentares estão ligadas a aspectos objetivos como: quantidade e qualidade dos alimentos produzidos, renda, entre outros, mas também, aos aspectos subjetivos, como paladar, prazer, valores e relações sociais.

A equipe técnica enfatizou a relevância da alimentação escolar como um momento de socialização.

“Acho que para todos a comida é muito importante, o momento de comer acho que é um momento de muita socialização, as crianças comem todas juntas. Envolvem também muitos aspectos afetivos (...) mesmo a merendeira tem o prazer de fazer e aí quando ela servir e a criança gostar, elogia é uma troca de carinho, cria vínculos.” (R4)

Assim, também percebeu-se que os aspectos emocionais estiveram presentes, uma vez que, segundo os sujeitos em estudo, os alimentos além de oferecerem nutrientes, proporcionam prazer.

“O lado afetivo está muito ligado ao alimento, né? A questão do prazer, além da parte nutricional, que eles tem que comer, também ter prazer do que a pessoa está comendo, tem que ser fonte de prazer, não vai comer obrigada, vai comer porque gosta, sente prazer de comer esse alimento.” (ET1)

Ou seja, a alimentação está envolta nos mais variados significados, desde o âmbito cultural até as experiências afetivas. Na percepção da equipe técnica, a alimentação escolar é um momento de confraternização com os pares, de criar vínculos. De acordo com GARCIA (1994) em torno da mesa, são consagradas as confraternizações, são transmitidos valores culturais, são rememoradas as nossas raízes familiares e são reforçadas as relações afetivas.

Cabe ressaltar também o destaque para a questão cultural na alimentação escolar, principalmente por meio da inserção de alimentos regionais no cardápio da escola.

“A alimentação escolar deve trabalhar a questão cultural, a gente tem procurado resgatar nos nossos cardápios. Já falamos bastante com as merendeiras, então assim, por exemplo, fubá, farinhas, feijão preto, a gente fala das regiões do Brasil.” (ET1)

“Alguns alimentos sofrem preconceitos, é falta de hábito, e aí a gente procura resgatar, a gente colocou recentemente o feijão preto, então fizemos a feijoada light para resgatar a farinha também, então a gente fala das regiões do Brasil, onde é consumida... Então tudo isso a gente faz um trabalho de resgate cultural.” (ET1)

No resgate da cultura alimentar, os profissionais abarcavam os costumes de diferentes regiões do país não restringindo o foco aos hábitos alimentares locais. Segundo o grupo, além da inserção dos alimentos regionais no cardápio, quando surgia algum projeto

em determinada escola sobre o assunto, e assim recebiam solicitação por parte da direção e professores para o fornecimento de alimentos específicos, esses eram atendidos e as ações incentivadas.

“Teve escola que estava trabalhando cultura, trabalhando com mandioca, milho, aí ligaram para a gente para perguntar se a gente poderia mandar mandioca, porque estavam trabalhando com o índio, com receitas. A escola recebeu os índios. (ET2). A gente mandou para mostrar que era hábito deles.” (ET3)

Como recomendado por CHAVES et al. (2009) em um estudo que se propôs avaliar as preparações regionais nos cardápio do PNAE, a equipe técnica também citou a importância da conscientização do nutricionista e demais responsáveis, para a preservação e a recuperação da cultura alimentar brasileira, por meio da utilização das preparações regionais na alimentação escolar, visando à sua disseminação pelos escolares.

Cada vez mais, entender a alimentação numa perspectiva ampla e suas interfaces com outros campos, tem sido evidenciado em estudos que visam contribuir efetivamente para a promoção de hábitos alimentares adequados. Assim como observado nos discursos da equipe técnica, esses estudos acreditam que a alimentação e nutrição devem ser capazes de integrar dimensões, entre elas, a do direito humano, ambiental, econômico, biológico e, inclusive, a psicossocial e cultural (CASTRO et al., 2011). Desmistificando assim, a alimentação e nutrição, integrada exclusivamente pela dimensão biológica.

Alimentação Escolar associada à Educação Nutricional

Semelhantemente ao núcleo pedagógico, outra categoria identificada foi referente à alimentação escolar atrelada às atividades pedagógicas, de *educação nutricional*.

“Temos trabalhado também muito com a questão da educação nutricional nas escolas por meio dos estagiários de nutrição. Esse ano fizemos alguns teatrinhos, através do lúdico, da simbolização.” (ET4) “A escola é um espaço muito importante e onde você trabalha essa questão de promover a saúde.” (ET2)

Salientaram que as atividades educativas em nutrição podem ser utilizadas como um importante instrumento de apoio na promoção da saúde aproveitando o espaço criado pela alimentação escolar, pois antigamente não havia essa possibilidade educativa.

“Guarulhos durante muito tempo ficou atrelado a Secretaria de Indústria de Comércio e Abastecimento, era só mandar gênero para a escola, não tinha o papel educativo da alimentação como se tem hoje.” (ET1)

A alimentação escolar é uma dentre as diversas situações nas quais as atividades educativas em nutrição podem ocorrer, possibilitando a construção de novos conhecimentos. É possível considerá-la um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que o escolar necessita diariamente, mas também por se constituir em espaço educativo melhor explorado, quando, por exemplo, estimula a integração de temas relativos à nutrição ao currículo escolar (COSTA et al., 2001), possibilidade essa cogitada pelo grupo.

“Não virou proposta ainda, mas temos uma idéia de atrelar o currículo da escola a questão da alimentação, é possível trabalhar biologia com alimentação, matemática com alimentação.” (ET3) “A merenda escolar, a gente sempre fala que a gente gostaria que realmente fosse trabalhado, porque é super importante, o professor ter a oportunidade na sala de aula, de trabalhar todos os temas, de saúde também, todos os aspectos, todos os temas e às vezes acaba não trabalhando e é uma coisa que a gente gostaria que estivesse presente no currículo.” (ET1) “O ambiente do refeitório também pode ser um ambiente pedagógico, então no cardápio vamos ensinar como escreve arroz, tudo pode se transformar.” (ET3)

O entendimento da alimentação escolar da equipe técnica apresentou uma perspectiva mais ampla uma vez que contemplou duas dimensões: a nutricional e a educacional. A garantia de acesso ao alimento faz parte do programa, porém cresce a importância destinada à função educativa do PNAE, sendo a escola considerada um espaço propício à formação e divulgação de hábitos alimentares saudáveis (CANINÉ e RIBEIRO, 2007). Nesse sentido, a equipe técnica enfatizou o objetivo final da alimentação escolar de promover hábitos alimentares adequados e formar sujeitos conscientes de suas escolhas.

“Você fornecendo para a criança uma alimentação adequada, mostrando para ela a importância de uma alimentação adequada que você consegue na escola ela aprende como se alimentar corretamente.” (ET1) “O objetivo é esse, formar um cidadão preparado para tudo, a comer bem, saber o que é importante para a saúde (...) que saiba fazer escolhas consciente, que a gente tem conversado, alimentos saudáveis (...). Preparar, contribuir de forma assim bastante efetiva para que ele seja um adulto que saiba fazer suas escolhas e que leve isso para a sua família.” (ET3)

Ciente da importância da educação alimentar, a equipe técnica admitiu que, diante das diversas atribuições estabelecidas pelo PNAE, ainda não foi possível desenvolver uma proposta que compreenda essa dimensão educativa.

“A gente sempre fala isso, mas a gente não tem uma proposta do projeto. Mas aí muitos professores acabam fazendo...” (ET2) “Olha algumas escolas existem algumas atividades que os professores fazem em sala de aula, que tem atividade de alimentação, não é nada que a gente impôs, acontece e até a gente ficou surpresa quando viu, porque tinham escolas que desenvolviam atividades de educação nutricional.” (ET1)

Compete ao nutricionista do PNAE, no exercício de suas atribuições na alimentação escolar, planejar, elaborar, orientar, acompanhar e avaliar os cardápios e todo o serviço de alimentação e nutrição, além de realizar assistência e educação nutricional junto à comunidade escolar, articulando-se com a direção e coordenação pedagógica das instituições (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010).

Dessa forma, reconheceram que os professores, de acordo com suas iniciativas, acabavam por planejar e desenvolver projetos que envolviam o tema alimentação. Entre estes foram citadas: a horta; atividades relacionadas às características dos alimentos, tais como, forma, cheiro e gosto; atividades em que apresentavam os diferentes tipos de alimentos; entre outros. Contudo, geralmente o projeto era concebido nas escolas e alguns contavam com auxílio da equipe técnica.

“A gente teve oportunidade de alguns (projetos), teve escola que fez horta e a gente ficou sabendo depois, leva a criança lá para regar, para ver todo o crescimento, até para colher, depois a cozinheira serve para todos os alunos. Teve escola que trabalhou a forma dos alimentos, como que é a cenoura crua, como é depois de descascada, mostra o cheiro,

comem... Tem atividades que a escola desenvolve e que não é o departamento que coloca.” (ET1) “Às vezes, tem escola que quer trabalhar com as crianças frutas diferentes, vocês podem mandar? Então a gente manda morango, goiaba, figo, para ver texturas diferentes, cheiros diferentes, e a gente acaba participando dessa forma. Não virou proposta mas é uma idéia, ter uma proposta...” (ET3)

Considerações Finais

Verificou-se que a alimentação escolar focada no âmbito do *alimento* esteve representada nos dois grupos, no núcleo pedagógico relacionado a alimentar para saciar a fome, numa concepção assistencialista, enquanto para equipe técnica apareceu associada à composição do cardápio, no sentido de atenderem os novos preceitos de uma alimentação saudável.

Outros dois aspectos contemplados em ambos os grupos foi o entendimento da alimentação escolar como um *socializador* dos sujeitos envolvidos no processo e como um possível *instrumento pedagógico* nas escolas. No caso do núcleo pedagógico, esta última representação pode ser atribuída, principalmente, devido a sua função de coordenação das atividades pedagógicas nas escolas do município e, conseqüentemente, uma visão educativa com possíveis interfaces com outras áreas, porém constatou-se que essa percepção educativa da alimentação escolar não se estendeu aos professores que estão na prática, no cotidiano escolar. Em relação à equipe técnica entende-se que essa percepção da alimentação escolar associada ao processo pedagógico, assim como os outros aspectos, que não foram mencionados pelo outro grupo, permite afirmar um entendimento amplo no que diz respeito à alimentação escolar, integrando as dimensões da nutrição e da educação. Supõe-se que isto também possa ser explicado, devido ao papel de responsável técnico do programa, que o faz consciente de suas responsabilidades, que vão desde o planejamento e supervisão do serviço de alimentos e nutrição até promoção de atividades de educação nutricional, mesmo que na prática ainda nem todos estejam sendo contemplados.

Pode ser verificado que a concepção da alimentação escolar para esses profissionais nem sempre são coincidentes. Observou-se que as percepções eram tendenciadas para determinados focos conforme o núcleo de trabalho pertencente, de acordo com as

atribuições e funções desempenhadas na esfera escolar. Porém, em aspectos gerais, as percepções da alimentação escolar pelos grupos apresentaram-se favoráveis, algumas questões identificadas deixaram claras as potencialidades que o programa tem para atender os objetivos propostos, incluindo as novas diretrizes, como a incorporação da dimensão educacional. Entretanto, outras podem estar sendo entraves para que o programa realmente tenha características de um programa de SAN.

Apesar dos departamentos pertencerem a mesma Secretaria, os profissionais concebem a alimentação escolar de formas distintas, assim pressupõem-se deficiências das relações nestas estâncias de decisão que podem impactar negativamente nas unidades escolares, resultando em ações fragmentadas localmente. As estratégias, para minimizar esse efeito, necessitam estar relacionadas ao planejamento compartilhado entre os departamentos, evitando ações focadas em objetivos específicos, resultando na “departamentalização” das ações.

É necessário que esses atores que são os informantes chaves, por serem os definidores em nível local das articulações das ações, construam espaços para o diálogo entre os diferentes setores envolvidos na dinâmica alimentar, rompendo barreiras e obstáculos, estabelecendo parcerias e a intersetorialidade.

Desta forma, para que as potencialidades percebidas neste estudo sejam desenvolvidas e os entraves superados, é necessário incentivar a discussão e buscar o envolvimento e o diálogo entre os diferentes setores. Salienta-se a importância de ações de integração, com possibilidades de compartilhamento real do entendimento da alimentação escolar, entre os atores sociais envolvidos no processo, na perspectiva de ser uma etapa importante para o sucesso do programa, com possibilidades de incorporação conjunta dos diferentes aspectos/ dimensões da alimentação.

Referências

Alves HJ, Boog MCF. Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção da saúde. Rev Saúde Pública. 2007; 41(2): 197-204.

Assao TY. Percepções e práticas sobre alimentação infantil entre os educadores de creches públicas [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2007.

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1988. 225 p.

Belik W, Chaim NA. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. Rev Nutr Campinas. 2009; 22(5): 595-607.

Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. Rev Brasileira de Educação. 2009; 14(40): 103-115.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal; 1988. [acesso em 18 ago 2011] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Portaria Interministerial nº 1010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: MEC; 2006. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências. Brasília: MEC; 2009. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>.

Canesqui AM. A qualidade dos alimentos: análise de algumas categorias da dietética popular. Rev Nutr. 2007; 20(2): 203-216.

Caniné ES, Ribeiro VMB. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. Cienc Educ. 2007; 13(1): 47-70.

Carlini-Cotrim B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. Rev Saúde Pública. 1996; 30(3): 285-293.

Carvalho MCVS, Luz MT, Prado SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. Cienc Saúde Coletiva. 2011; 16(1): 155-163.

Castro IRR, Castro LMC, Gugelmim SA. Ações educativas, programas e políticas envolvidas nas mudanças alimentares. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.118-124.

Chaves LG, Mendes PNR, Brito RR, Botelho RBA. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. Rev Nutr. 2009; 22(6): 857-866.

Collares CAL. Programa de merenda escolar. Cad Cedes. 1985; 15: 48-54.

Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN 465/2010 de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília: CFN; 2010. [acesso em 11 out 2011]. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>

Costa EQ, Ribeiro VMB, Ribeiro ECO. Programa de Alimentação Escolar: Espaço de Aprendizagem e Produção de Conhecimento. Rev Nutr. 2001; 14(3): 225-229.

Cunha E, Sousa AA, Machado NMV. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnostico para a educação em saúde e nutrição. Cien Saúde Coletiva. 2010; 15(1): 39-49.

Garcia RWD. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. Rev Cadernos de Debate Unicamp. 1994; 2; 12-40.

Iervolino AS, Pelicioni MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Rev Esc Enf USP. 2001; 35(2): 115-21.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades @. Guarulhos – SP. IBGE; 2006. [acesso em 26 jan 2008]. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadessat/>

Iuliano BA, Cervato-Mancuso AM, Gambardella AMD. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos – SP. O mundo da Saúde. 2009; 33(3): 264-272.

Martins RCB, Medeiros MAT, Ragonha GM, Olbi JH, Segatti MEP, Osele MR. Aceitabilidade da Alimentação Escolar no Ensino Público Fundamental. Rev Saúde – Piracicaba. 2004; 6(13): 71-78.

Mascarenhas JMO, Santos JC. Avaliação da composição nutricional e custos da alimentação escolar da rede municipal de Conceição do Jacuípe/BA. Sitientibus -Feira de Santana. 2006; 35: 75-90.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec; 2004. 269 p.

Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Brasília: MEC; 2011. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei n 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília: MDS; 2006. p. 4-6

Munari DB, Esperidião E, Medeiros M, Garcia CM. Considerações teóricas e técnicas da utilização do grupo na investigação científica. Rev Enferm UERJ. 2008; 16(1): 113-118.

Muniz VM, Carvalho AT. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. Rev Nutr. 2007; 20 (3): 285-296.

Nogueira-Martins MCF, Bógus CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. Saúde Soc. 2004; 13(3): 44-57.

Santos GL, Chaves AM. Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças. Psicol Esc Educ. 2010; 14(2): 281-290.

Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS, Santos LS. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad Saúde Pública. 2007; 23(11): 2681-2693.

Spinelli MAS, Canesqui AM. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. Rev Nutr Campinas. 2004; 17(2): 151-165.

Sturion GL, Silva MV, Ometto AMH, Furtuoso COM, Pippitone MAP. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. *Rev Nutr* 2005; 18(2): 167-181.

Teo CRPA, Corrêa EM, Gallina LS, Fransozi C. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. *Nutrire: Rev Soc Bras Alim Nutr*. 2009; 34(3): 165-185.

Vieira MNM, Ferriani MGC, Gomes R, Santos GVB, Marchi EMM. Gestão de um Programa de Alimentação Escolar em um Município Paulista. *Rev Segurança Alimentar e Nutricional*. 2008; 15(1): 29-48.

Westphal MF, Bógus CM, Faria MM. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. *Bol Oficina Sanit Panam*. 1996; 120(6): 472-482.

Zuin LFS, Zuin PB. Alimentação é cultura – aspectos históricos e culturais que envolvem a alimentação e o ato de se alimentar. *Rev Soc Bras Alim. Nutr*. 2009; 34 (1): 225-241.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contextualizou o entendimento dos alunos, das merendeiras e dos profissionais do núcleo pedagógico e da equipe técnica da Secretaria Municipal, das escolas públicas do ensino fundamental de Guarulhos – SP, sobre a alimentação escolar. Contudo é possível que os resultados apontados nesta pesquisa ou achados próximos a estes também sejam a realidade de outros municípios.

A alimentação escolar foi percebida sob três aspectos: do alimento, do ambiente e das relações sociais que se estabelecem nesse processo. Para as crianças a alimentação era vista sob as três abordagens, ao encontro do que vem apontando estudos: a alimentação para promover a saúde deve buscar uma maior abrangência, ampliando suas interfaces com outras áreas. Na concepção das merendeiras e do núcleo pedagógico, observou-se que as percepções acerca da alimentação escolar restringiram-se ao âmbito de suas atribuições, do seu entorno. Enquanto, a equipe técnica, devido às responsabilidades conferidas pelo próprio programa a esses profissionais, demonstrou uma percepção abrangente do papel da alimentação na escola, englobando a questão suplementar, integrada com a educação e a Segurança Alimentar e Nutricional.

Sendo a criança o foco principal neste cenário, verificou-se que as percepções dos profissionais não responderam de forma global, no sentido de que não contemplaram todos os aspectos relevantes para as crianças em um mesmo grupo (merendeiras, núcleo pedagógico ou equipe técnica).

Foi possível identificar que as percepções dos atores eram concebidas de acordo com o núcleo de trabalho a que pertenciam, influenciadas pelas atribuições e funções desempenhadas pelo grupo no âmbito escolar. Essa incongruência pode ser atribuída talvez à deficiência na integração quanto ao entendimento, ao planejamento, ao desenvolvimento e a avaliação das questões referentes à alimentação escolar. Apesar das diretrizes do programa apresentarem-se bem definidas, para esse grupo, na prática, demonstraram-se segmentadas.

Em termos gerais, verificou-se que os entendimentos apresentaram-se favoráveis. Algumas questões identificadas deixaram claras as potencialidades que o programa tem

para atender os objetivos propostos, incluindo as novas diretrizes, como a incorporação da dimensão educacional. No entanto, outras podem estar gerando entraves para que o programa realmente tenha características de um programa de SAN. Para que essas potencialidades sejam desenvolvidas e os entraves superados, um dos desafios, entre outros, para que o programa se efetive como promotor de hábitos alimentares saudáveis é possibilitar ações de integração, de compartilhamento real do entendimento acerca da alimentação escolar, considerando os diferentes atores que permeiam esse momento, de forma a reconhecer estas dimensões conjuntamente.

Para a incorporação e concretização dos ideais das políticas públicas é primordial garantir a aproximação, o diálogo, entre as diferentes esferas: os gestores, os executores e os beneficiários. As diferentes concepções da alimentação escolar necessitam serem compartilhadas, discutidas e principalmente agregadas, a fim de gerar impactos positivos.

Essa recomendação se torna ainda mais relevante, visto que com o processo de descentralização, ampliaram-se as atuações das equipes que incorporaram ainda mais a responsabilidade de gerenciar o programa, tornando-se importantes facilitadores. Assim, frente algumas deficiências e limitações, também apontadas por estudos anteriores, certamente o trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas constitui-se como importante alicerce com vistas a qualificar o programa.

Os resultados deste estudo, desenvolvidos com os atores sociais de escolas públicas do ensino fundamental do município de Guarulhos – SP, foram relevantes uma vez que poderão propiciar subsídios para ações e iniciativas mais efetivas do programa de alimentação escolar e, talvez para outras políticas, com vistas a promover a adequação às necessidades dos beneficiários. A possibilidade de conhecer as percepções da alimentação escolar em diferentes instâncias, do conjunto de atores envolvidos no âmbito escolar, permitiu identificar quais eram estas concepções e como se relacionavam, contribuindo na identificação de elementos que auxiliarão no planejamento, implementação e avaliação de políticas no contexto da alimentação escolar.

Frente ao reduzido número de pesquisas que abordam a alimentação escolar na perspectiva das percepções dos atores escolares, destaca-se a relevância de outros estudos com essa temática para o campo da nutrição e outras áreas afins, visto que trata-se de um

tema com interfaces com outros campos de conhecimento. Desta forma propõem-se que pesquisas sejam desenvolvidas, em outras localidades, englobando outros atores da comunidade escolar como a família e pais das crianças ou com diferentes abordagens e propostas de intervenções que promova o diálogo entre os diferentes setores envolvidos na dinâmica alimentar, elucidando e aprimorando o trabalho das equipes, buscando o estreitamento das relações e a intersetorialidade, e propondo ações que contemplem a alimentação escolar em suas diferentes dimensões (do alimento, do ambiente e das relações).

6 REFERÊNCIAS

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1988. 225 p.

Batista Filho M, Rissin A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. Cad Saúde Pública. 2003; 19(1): S181-S191.

Belik W, Chaim NA. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. Rev Nutr Campinas. 2009; 22(5): 595-607.

Bertolin MNT, Villar BS. Aplicação do Modelo Transteórico em estudos de nutrição. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.198-206.

Bógus CM, Westphal MF, Mendes R, Santos KF. Promoção da saúde no âmbito escolar: a estratégia Escola Promotora de Saúde. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.181-185.

Boog MCF. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental. Rev Nutr. 2010; 23(6): 1005-1017.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelece normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: MEC; 2006a. [acesso em 31 nov 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Portaria Interministerial nº 1010 de 8 de maio de 2006. Institui as

diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: MEC; 2006b. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>.

Caniné ES, Ribeiro VMB. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. *Cienc Educ*. 2007; 13(1): 47-70.

Carlini-Cotrim B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Rev Saúde Pública*. 1996; 30(3): 285-293.

Castro IRR, Castro LMC, Gugelmim SA. Ações educativas, programas e políticas envolvidas nas mudanças alimentares. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. *Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.118-124.

Carvalho MCVS, Luz MT, Prado SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Cienc Saúde Coletiva*. 2011; 16 (1): 155-163.

Costa EQ, Ribeiro VMB, Ribeiro ECO. Programa de Alimentação Escolar: Espaço de Aprendizagem e Produção de Conhecimento. *Rev Nutr*. 2001; 14(3): 225-229.

Cunha E, Sousa AA, Machado NMV. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnostico para a educação em saúde e nutrição. *Cien Saúde Coletiva*. 2010; 15(1): 39-49.

Derdyk E. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: Scipione; 1989. 239 p.

Dominguez CRC. Desenhos, palavras e borboletas na educação infantil: brincadeiras com as idéias no processo de significação sobre os seres vivos [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; 2006.

Garcia RWD. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. Rev Cadernos de Debate Unicamp. 1994; 2; 12-40.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades @. Guarulhos – SP. IBGE; 2006. [acesso em 26 jan 2008]. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadessat/>

Iervolino AS. Escola Promotora de Saúde: um projeto de qualidade de vida [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2000.

Iervolino AS, Pelicioni MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Rev Esc Enf USP. 2001; 35(2): 115-21.

Iuliano BA, Cervato-Mancuso AM, Gambardella AMD. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos – SP. O mundo da Saúde. 2009; 33(3): 264-272.

Martins MR, Risério R. As representações gráficas do brincar da criança hospitalizada. UDESC em Ação. 2008; 2(1). [acesso em 08 nov 2011]. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/view/1710>

Martins RCB, Medeiros MAT, Ragonha GM, Olbi JH, Segatti MEP, Osele MR. Aceitabilidade da Alimentação Escolar no Ensino Público Fundamental. Rev Saúde – Piracicaba. 2004; 6(13): 71-78.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec; 2004. 269 p.

Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Brasília: MEC; 2011. [acesso em 18 ago 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

Monteiro CA, Mondini L, Souza ALM, Popkin BM. Da desnutrição para obesidade: a transição nutricional no Brasil. In: Velho e Novos Males da Saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec; 2000. p. 247-255.

Munari DB, Esperidião E, Medeiros M, Garcia CM. Considerações teóricas e técnicas da utilização do grupo na investigação científica. Rev Enferm UERJ. 2008; 16(1): 113-118.

Nogueira-Martins MCF, Bógus CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. Saúde Soc. 2004; 13(3): 44-57.

Organização Mundial da Saúde. Global Strategy on diet, physical activity and health. Geneva: OMS, 2004.

Organização Panamericana de Saúde. Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa: OPAS; 1986. [acesso em 28 jan 2012]. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>.

Piaget J, Inhelder B. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998. 137 p.

Poulain J, Proença RPC. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Rev Nutr Campinas. 2003; 16(3): 245-256.

Poulain J, Proença RPC, Diez-Garcia RW. Diagnóstico das práticas e comportamento alimentar: aspectos metodológicos. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, organizadores. Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p.149-163.

Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS, Santos LS. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad Saúde Pública. 2007; 23(11): 2681-2693.

Schmitz BAS, Recine E, Cardoso GT, Silva JRM, Amorim NFA, Bernardon R, Rodrigues MLCF. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. Cad Saúde Pública. 2008; 24(2):S312-S322.

Sobral NAT, Santos SMC. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. Rev Nutr Campinas. 2010; 23(3): 299-415.

Souza Filho E, Insfrán F, Magalhães AP, Rosas D. Avaliação de escolas públicas através de desenhos: um estudo comparativo de três escolas da cidade do Rio de Janeiro. Ensaio: aval pol públ educ. 2010; 18(67): 325-344.

Spinelli MAS, Canesqui AM. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995). Rev Nutr Campinas. 2002; 15(1): 105-117.

Teo CRPA, Corrêa EM, Gallina LS, Fransozi C. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. Nutrire: Rev Soc Bras Alim Nutr. 2009; 34(3): 165-185.

Van-Kolck OL. Interpretação psicológica de desenhos: três estudos. São Paulo: Pioneira; 1968. 179 p.

Vieira MNM, Ferriani MGC, Gomes R, Santos GVB, Marchi EMM. Gestão de um Programa de Alimentação Escolar em um Município Paulista. Rev Segurança Alimentar e Nutricional. 2008; 15(1): 29-48.

Westphal MF, Bógus CM, Faria MM. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. Bol Oficina Sanit Panam. 1996; 120(6): 472-482.

ANEXO 1 - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP: 01246-904 - São Paulo - Brasil

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Atividades com as crianças

Prezado(a) Senhor(a)

O seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar da Pesquisa “Atividades de educação nutricional em escolas de um município da região metropolitana de São Paulo”, financiada pelo CNPq, coordenada pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos. Os objetivos da investigação são mapear atividades de educação nutricional desenvolvidas nas escolas do município e identificar as possíveis mudanças nos significados e representações dos alunos, pais e equipe técnica, relacionadas com a temática da segurança alimentar e nutricional.

Solicitamos a sua autorização para que seu filho(a) participe das atividades indicadas abaixo para que seja possível aprofundar o tema estudado:

() recordatório alimentar

() entrevista em grupo (grupo focal ou atividade lúdica)

Informamos que toda e qualquer informação obtida durante esta pesquisa será utilizada de forma a proteger a identidade dos participantes e a assegurar que as informações permaneçam confidenciais.

As atividades serão realizadas em local privado e irá durar aproximadamente uma hora cada uma. Para garantir as informações dadas, solicitaremos a sua autorização para o uso do gravador. Todos os materiais (fitas, questionários, relatórios do estudo) ficarão guardados em lugares aos quais somente a equipe da pesquisa terá acesso e serão mantidos em sigilo na Faculdade de Saúde Pública/USP, por um período de cinco anos. Após esse período, as fitas e dos documentos serão destruídos. O seu filho(a) tem o direito de não responder a qualquer pergunta e de interromper a participação quando quiser, sem que nenhum dano e/ou prejuízo ocorra.

A participação nesta pesquisa é muito importante para seja possível conhecer e divulgar práticas e políticas públicas que melhorem a qualidade de vida e saúde da população desta cidade.

Para mais informações sobre esta pesquisa, favor entrar em contato com as Professoras Cláudia Maria Bógus (11-30667761) ou Ana Maria Cervato Mancuso (11-30667705), coordenadoras da Pesquisa.

Declaração de Consentimento

Tive a oportunidade de ler o presente Termo de Consentimento. Compreendo a finalidade da pesquisa e seus procedimentos e me sinto esclarecido para consentir em participar.

Nome _____ Assinatura: _____

Declaração do Pesquisador

Eu, abaixo assinado, expliquei ao participante voluntário da pesquisa os seus objetivos, os procedimentos e métodos para coleta de informações, sendo que o mesmo assinou esse Termo de Consentimento voluntariamente.

Guarulhos, _____ de _____ de 2006.

Pesquisador(a) _____

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP: 01246-904 - São Paulo - Brasil

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Merendeiros, Núcleo Pedagógico e Equipe Técnica

Prezado(a) Senhor(a)

Você está sendo convidado(a) a participar da Pesquisa “Atividades de educação nutricional em escolas de um município da região metropolitana de São Paulo”, financiada pelo CNPq, coordenada pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos. Os objetivos da investigação são mapear atividades de educação nutricional desenvolvidas nas escolas do município e identificar as possíveis mudanças nos significados e representações dos alunos, pais e equipe técnica, relacionadas com a temática da segurança alimentar e nutricional.

Solicitamos a sua participação na atividade abaixo indicada para que seja possível aprofundar o tema estudado:

- ☐ entrevista individual
- ☐ entrevista em grupo (grupo focal)

Informamos que toda e qualquer informação obtida durante esta pesquisa será utilizada de forma a proteger a identidade dos participantes e a assegurar que as informações permaneçam confidenciais.

As atividades serão realizadas em local privado e irá durar aproximadamente uma hora cada uma. Para garantir as informações dadas, solicitaremos a sua autorização para o uso do gravador. Todos os materiais (fitas, questionários, relatórios do estudo) ficarão guardados em lugares aos quais somente a equipe da pesquisa terá acesso e serão mantidos em sigilo na Faculdade de Saúde Pública/USP, por um período de cinco anos. Após esse período, as fitas e dos documentos serão destruídos. Você tem o direito de não responder a qualquer pergunta e de interromper a participação quando quiser, sem que nenhum dano e/ou prejuízo ocorra.

A participação nesta pesquisa é muito importante para seja possível conhecer e divulgar práticas e políticas públicas que melhorem a qualidade de vida e saúde da população desta cidade.

Para mais informações sobre esta pesquisa, favor entrar em contato com as Professoras Cláudia Maria Bógus (11-30667761) ou Ana Maria Cervato Mancuso (11-30667705), coordenadoras da Pesquisa.

Declaração de Consentimento

Tive a oportunidade de ler o presente Termo de Consentimento. Compreendo a finalidade da pesquisa e seus procedimentos e me sinto esclarecido para consentir em participar.

Nome _____ Assinatura: _____

Função: _____

Declaração do Pesquisador

Eu, abaixo assinado, expliquei ao participante voluntário da pesquisa os seus objetivos, os procedimentos e métodos para coleta de informações, sendo que o mesmo assinou esse Termo de Consentimento voluntariamente.

Guarulhos, _____ de _____ de 2006.

Pesquisador(a)

ANEXO 2 - Parecer do Comitê de Ética

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COEP/FSP

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

OF.COEP/303/09

São Paulo, 30 de outubro de 2009.

Prezado(a) Pesquisador(a) e Orientador(a),

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – COEP/FSP, **analisou** em sua **8.ª/09 Sessão Ordinária** realizada em **23/10/2009**, de acordo com a Resolução N.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e suas complementares o protocolo de pesquisa n.º **1987**, intitulado **"PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: REPRESENTAÇÕES ENTRE OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS"**, área temática **GRUPO III**, sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Tatiana Yuri Assao** e orientação do(a) professor(a) **Ana Maria Cervato Mancuso**, e considera o protocolo de pesquisa acima intitulado **APROVADO**.

Cabê lembrar que conforme Resolução CN /196/96, são deveres do (a) pesquisador (a): **1. Comunicar**, de imediato, qualquer alteração no projeto e aguardar manifestação deste CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), para dar continuidade à pesquisa; **2. Manter sob sua guarda e em local seguro**, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP, no caso eventual auditoria; **3. Comunicar**, formalmente a este Comitê, quando do encerramento deste projeto; **4. Elaborar e apresentar relatórios parciais e final**; **5. Justificar**, perante o CEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Atenciosamente,

Cláudio Leone
Professor Titular

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa - COEP

Ilm.ª Sr.ª
Prof.ª Dr.ª Ana Maria Cervato Mancuso
Departamento de Nutrição
Faculdade de Saúde Pública – USP

CURRÍCULO LATTES

Tatiana Yuri Assao

Possui graduação em Nutrição pelo Centro Universitário São Camilo (2001) e mestrado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2007). Atualmente é aluna da pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Nutrição, atuando principalmente nos seguintes temas: educação nutricional, pré-escolares, escolares e alimentação infantil.
(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 04/01/2012

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/3137412484191091>

Dados pessoais

Nome	Tatiana Yuri Assao
Nome em citações bibliográficas	ASSAO, T.Y.
Sexo	Feminino
Endereço profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Nutrição. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira César 01246-906 – São Paulo, SP – Brasil Telefone: (11) 30617736 Fax (11) 30617736 URL da Homepage: www.fsp.usp.br

Formação acadêmica/Titulação

2008	Doutorado em andamento em Nutrição em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. <i>Título:</i> Alimentação Escolar: percepções dos atores sociais de escolas de um município da região metropolitana de São Paulo. <i>Orientador:</i> 👤 Ana Maria Cervato-Mancuso.
2005 - 2007	Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. <i>Título:</i> Percepções e práticas sobre alimentação infantil entre os educadores de creches públicas. <i>Ano de Obtenção:</i> 2007. <i>Orientador:</i> 👤 Ana Maria Cervato-Mancuso. <i>Bolsista do(a):</i> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico . <i>Palavras-chave:</i> Alimentação Infantil; Práticas Alimentares; Alimentação saudável; Creches; Educadores. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Nutrição. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Nutrição / <i>Subárea:</i> Saúde Pública. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Nutrição / <i>Subárea:</i> Alimentação Escolar. <i>Setores de atividade:</i> Nutrição e Alimentação; Cuidado À Saúde das Populações Humanas; Educação.

2003 - 2004	<p>Especialização em Saúde, Nutrição e Alimentação Infantil . (Carga Horária: 1900h). Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil. <i>Título:</i> Relatório de Atividades - Projeto Favela 2004. <i>Orientador:</i> Dirce Maria Sigulem.</p>
1998 - 2001	<p>Graduação em Nutrição . Centro Universitário São Camilo. <i>Título:</i> Perfil de Aquisição Alimentar das Mães Matriculadas no Projeto Renutrir. <i>Orientador:</i> Professora Leila Maria Biscolla Esperança.</p>

Ana Maria Cervato-Mancuso

Possui graduação em Nutrição pela Universidade de São Paulo (1983), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1999) realizando estágio do doutorado na Universidade de Barcelona (Espanha). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência como nutricionista em Nutrição em Saúde Pública e no ensino superior na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: educação nutricional, formação profissional, segurança alimentar e nutricional, idosos, diabetes mellitus e comportamento.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 17/02/2012

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/0558045570548264>

Dados pessoais

Nome	Ana Maria Cervato-Mancuso
Nome em citações bibliográficas	CERVATO, A. M.; CERVATO-MANCUSO, A.M.
Sexo	Feminino
Endereço profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Nutrição. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira César 01246-904 – São Paulo, SP – Brasil Telefone: (11) 30617705 Fax (11) 30617736 URL da Homepage: www.fsp.usp.br

Formação acadêmica/Titulação

1995 - 1999	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 5) . Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> Intervenção nutricional educativa: promovendo a saúde de adultos e idosos em Universidades Abertas à Terceira Idade, <i>Ano de Obtenção:</i> 1999. <i>Orientador:</i> Maria de Fátima Nunes Marucci. <i>Palavras-chave:</i> educação nutricional; promoção da saúde; terceira idade. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Saúde Coletiva / <i>Subárea:</i> Saúde Pública.
1991 - 1995	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 5) . Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> Dieta habitual e fatores de risco para doenças cardiovasculares, <i>Ano de Obtenção:</i> 1995. <i>Orientador:</i> Rosa Nilda Mazzilli. <i>Bolsista do(a):</i> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ,CNPq ,Brasil . <i>Palavras-chave:</i> epidemiologia; dieta habitual; fatores de risco. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Saúde Coletiva / <i>Subárea:</i> Saúde Pública. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Nutrição / <i>Subárea:</i> Dietética.

1987 - 1988	Especialização em Saúde Pública . Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil.
1980 - 1983	Graduação em Nutrição. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.